

033ª SESSÃO ORDINÁRIA – 23ABR2012

(Texto com revisão final.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Sra. Maria Laura Carvalho Bicca, membro da Diretoria e representante nacional do Sindicato dos Assistentes Sociais no Rio Grande do Sul, o qual tem 53 anos de história, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos, para tratar de assunto relativo à jornada de trabalho dos Assistentes Sociais do Município de Porto Alegre, uma vez que, depois de anos de luta, a Lei Federal nº 12.317/10 determina a carga horária de 30 horas para os Assistentes Sociais. Agradecemos a presença da Suzana, que também é representante do Sindicato e está aqui conosco; seja muito bem-vinda a esta Casa.

O SR. ELIAS VIDAL: Sra. Presidente, neste momento nobre, aproveito para entregar um Requerimento à Presidência da Câmara de Vereadores referente ao meu desligamento do PPS. Faço chegar às suas mãos para que a Câmara dê ciência à área jurídica, enfim, para aquilo que é de trâmite normal nesta Casa. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Recebo, Ver. Elias Vidal, e faremos todos os encaminhamentos necessários.

A SRA. MARIA LAURA CARVALHO BICCA: Boa-tarde a todos; aos Srs. Vereadores; à Ver.^a Fernanda, que nos oportuniza essa possibilidade de estarmos aqui falando sobre a jornada de trabalho dos Assistentes Sociais. Represento o Sindicato dos Assistentes Sociais do Rio Grande do Sul, que já tem 53 anos de vida, e sou uma das sindicalizadas desde 1972, com uma longa história de luta. Em muitos momentos, estivemos aqui nesta Casa.

Eu queria dizer a vocês que, embora não os conheça, todos, conheço-os via televisão, através do Canal 16, no qual a gente pode acompanhar as pautas, ouvir as várias lutas que são encabeçadas aqui. E queria destacar, senhores, o papel dos políticos. Não se vive uma democracia sem essa política bem representada, essa política eleita, em que os interesses da população e dos vários segmentos são contemplados. Por isso, Porto Alegre está de parabéns pela representatividade que tem nos seus vários Partidos e nos vários cidadãos que nos representam.

Bem, a luta do nosso Sindicato diz respeito à implantação da Lei da jornada de trabalho. Isso iniciou com o Deputado Mauro Nassif, que, a partir do pedido dos Assistentes Sociais de Rondônia, passou a liderar esse movimento no Brasil não só para os Assistentes Sociais, mas para várias categorias profissionais que, hoje, estão no Congresso também lutando pela redução de sua jornada de trabalho.

Fomos trabalhando na Câmara, no Senado, enfim, no próprio Palácio do Planalto, e nós tivemos promulgada a Lei nº 12.317, em 26 de agosto de 2010. Ela altera a Lei de regulamentação da profissão.

Os Assistentes Sociais, conforme vocês devem saber, são profissionais que estão em várias frentes de trabalho, têm uma luta árdua no combate às injustiças e têm uma luta árdua na questão de defesa dos direitos. Os Assistentes Sociais têm como dever, no seu Código de Ética, a defesa dos direitos: eu não faço se eu quero; eu faço porque eu devo. Eu tenho isso como princípio na minha carta profissional.

Então, os Assistentes Sociais, que hoje são cerca de 100 mil no Brasil - no Rio Grande do Sul, já ultrapassam 6.000 profissionais, e em Porto Alegre já estamos levantando - estão trazendo este pleito à Câmara Municipal de Porto Alegre porque, no próprio Município de Porto Alegre, que emprega um sem número de Assistentes Sociais tanto de forma direta como de forma indireta, através dos vários programas que tem - no Estado, por exemplo, através da questão da criança, do adolescente, da questão dos idosos, da penitenciária -, não se sabe em qual espaço o trabalho de Serviço Social é mais difícil. Também nas empresas, também nas questões comuns, hoje, da sociedade, da violência doméstica, da violência urbana, da violência sobre a questão da

opção sexual; em várias frentes, os Assistentes Sociais estão. Fazendo o quê? Fazendo o que é mais adequado: ouvindo as pessoas, procurando pensar, com essas pessoas, projetos de vida, estimulando a autonomia dessas pessoas, para elas não viverem sempre de Bolsa Família, pelo que as pessoas são criticadas. Mas, para quem está no limbo, alguém precisa alcançar uma mão, ou, como dizia o Betinho, para quem está com fome, primeiro vamos dar o que comer, depois vamos discursar e ver o que é orgânico, o que é isto, o que é aquilo.

Senhores, em Porto Alegre, vocês, melhor do que eu, conhecem os dramas da nossa população: vocês conhecem o problema da falta de habitação, o problema da falta de acesso a tratamento, o problema de multiplicação de filhos, de mães que não têm a oportunidade de se educar para serem mulheres autênticas, mulheres plenas nas suas decisões, que ainda dependem de muitos companheiros, que trocam com uma certa variedade de parceiras e vão deixando atrás desses rastros filhos e outros. Então, esse processo de educação hoje está sendo realizado pela FASC, através do Serviço Social e dos outros profissionais que estão engajados na Assistência Social.

O nosso pleito é de que pensemos para Porto Alegre, com o apoio da Câmara Municipal, uma ação de diagnóstico, que já estamos iniciando, mas com um diálogo com os outros sindicatos, com as outras entidades de Serviço Social, para que a gente alcance a possibilidade de os Assistentes Sociais conseguirem atingir as 30 horas de trabalho. Não é privilégio; a gente sai do emprego, e o problema continua conosco. A gente tem muitos desafios; a gente tem a pretensão de ajudar as pessoas, de resolver que elas se ajudem, que elas se empoderem, que elas assumam os seus destinos. Às vezes, nos faltam os instrumentos necessários para esses desafios. Por isso, ter profissionais com tempo para estudar, com tempo para pensar, com tempo para se dedicar à demanda dos usuários, é de fundamental importância.

A pior coisa que um usuário pode encontrar no profissional é a má vontade, a falta de condições físicas para atendê-lo; o mau humor, decorrente daquela demanda que se acumula conosco. Precisamos estar bem, precisamos estar com a cabeça muito no lugar para enfrentar os muitos desafios que a vida que escolhemos, como profissionais, nos impõe.

Outra questão que eu queria levantar é que o trabalho é um bem maior, é alguma coisa divina, porque quem tem trabalho tem planos, tem sonhos, tem possibilidades. Então, essa luta pela redução da jornada de trabalho é universal. Os povos, ao longo dos anos, vêm conquistando, e, assim como vocês, por meio dos Partidos políticos, junto com os movimentos sociais, vão tendo conquistas, no sentido de avançar nas várias lutas, nas várias necessidades.

A jornada de trabalho, hoje, é de 44 horas para os trabalhadores em geral, e as categorias, de acordo com as suas especificidades, têm pedido redução; o que foi sempre na luta, foi sempre buscando, como os seus argumentos, as suas necessidades, para poder reduzir.

No Brasil, através das centrais sindicais, vivemos hoje um movimento nacional de redução da jornada de trabalho.

Nas categorias, mais especificamente dos farmacêuticos, enfim, todas as 13 categorias de profissionais da Saúde que mais conheço, têm trabalhado também no sentido de que tenhamos também a garantia de que essa precarização do trabalho que nos atinge, muitas vezes, possa ser um elemento a favor do trabalhador, e não de adoecimento ou de agravo de saúde.

A proposta do Sindicato dos Assistentes Sociais é de que se pensasse, aqui na Câmara Municipal - talvez através da Comissão da Saúde ou nos espaços que tratam da questão do trabalho -, como poderíamos contribuir para essa construção, porque hoje estou trazendo a demanda dos Assistentes Sociais; amanhã, virão demandas de outros profissionais da área da Saúde.

Então, esse movimento, inclusive da Enfermagem - com um milhão de profissionais -, que está com seus representantes em todas as Sessões da Câmara, mas é um milhão de profissionais, e, no Serviço Social, eram 90 mil, na época, em número reduzido em muitos espaços de trabalho.

Em Porto Alegre, nós já pedimos à Prefeitura a relação dos profissionais do Serviço Social e ainda não tivemos resposta; estamos precisando trabalhar a questão dos Assistentes Sociais tanto os que estão nas empresas terceirizadas quanto os colegas que estão trabalhando do regime do Município de 40 horas. Sabemos que na Justiça Trabalhista isso pode ser orientado, mas precisamos

monitorar, buscar e reconhecer as efetivas condições de trabalho dos Assistentes Sociais.

Nesta semana, ainda, um profissional foi retirado do seu espaço de trabalho, no Cress, porque ele tinha uma situação de denúncia importante de abuso sexual, e nós - eu trabalho no Grupo Conceição - tínhamos que entregar uma criança; e o nosso elemento de diálogo, naquele local, foi retirado, porque foi ameaçado, depois de o sujeito ter matado a mulher. Então, esse risco profissional de quem está exercendo, efetivamente e de direito, a sua profissão está presente nos nossos espaços de trabalho. A colega teve de ser retirada do local de trabalho para que não ocorresse a ela uma agressão física.

Eu estava conversando com a Ver.^a Fernanda e queria propor a vocês que se fizesse essa união de forças para se conhecer, efetivamente, a realidade dos Assistentes Sociais em Porto Alegre, unindo forças com as outras representações sindicais para que se possa, talvez, migrar; isso terá de ser feito através de um Projeto de Lei que trate da jornada de trabalho dos profissionais do Serviço Social nesses espaços de mais vulnerabilidade, como das outras profissões aqui em Porto Alegre.

Eu quero agradecer, mais uma vez, e dizer o quanto confiamos nesta Câmara Municipal, na importância do papel político de cada um dos senhores, na sua dedicação pela cidade de Porto Alegre, pelos seus segmentos. Estamos aqui para colaborar e ajudar naquilo que for possível.

Esqueci de falar, Vereadora, da questão da Educação. Hoje, os Assistentes Sociais estão presentes nas escolas com os pedagogos, com os psicólogos e os outros profissionais - essa questão é fundamental, porque as questões sociais estão em qualquer ambiente. E não há esse conceito de que o Serviço Social é para pobre - não é! É para o ser humano que está em sofrimento, que tem questões sociais relevantes para defender na sua vida, para o qual sempre trabalhamos no sentido da autonomia do sujeito para que ele seja capaz de cuidar da sua vida, contribuindo para o desenvolvimento social. Muito obrigada.

(Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Muito obrigada, Sra. Maria Laura. Devemos reconhecer o importante papel que as Assistentes Sociais cumprem na nossa sociedade, atuando na ponta de uma sociedade extremamente desigual e com muitas contradições sociais. Convido-a para compor a Mesa dos trabalhos, para que possamos ouvir as manifestações das Bancadas.

O Ver. Carlos Todeschini está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. CARLOS TODESCHINI: Sra. Maria Laura, Assistente Social, representado aqui o Sindicato e sua Presidência, em nome da nossa Bancada, dos Vereadores Mauro Pinheiro, Adeli Sell, Sofia Cavedon, Maria Celeste, Engenheiro Comassetto, nosso Líder, nós damos as boas-vindas e também nos congratulamos com a sua luta. Eu a conheci, ontem, em uma situação do tipo da relatada aqui. Há situações em que o profissional não passa apenas seis horas, mas oito horas trabalhando - e ontem os profissionais já estavam há 12 horas atendendo necessidades humanas. É tão presente e tão importante é o Assistente Social em uma época em que a desestruturação familiar é marcante na sociedade. Portanto, o resgate e uma nova coesão social se fazem necessárias para que os sujeitos busquem a sua autonomia. Nós somos solidários à sua luta, também porque é necessária em uma sociedade cada vez mais complexa, em que os governos devem dar conta de incorporar mais e mais profissionais às atividades, em especial, da Assistência Social, que é o elemento coesionador social e capaz de impulsionar os indivíduos para uma nova relação, que sejam capazes de andar com as próprias pernas. Parabéns pela luta, e conte com a nossa solidariedade. Um abraço e parabéns pelo seu trabalho.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. PEDRO RUAS: Ver.^a Fernanda Melchionna, eu falo em meu nome e, com muita honra, no de V. Exa. também, que não pode usar o microfone porque está presidindo a Sessão.

Mas, minha cara, Maria Laura Carvalho Bicca, eu lhe parabeno, em nome do PSOL, pelo seu pronunciamento na tribuna, agora. E mais: essa luta que é do Sindicato dos Assistentes Sociais, na verdade é uma luta de todos aqueles e aquelas que pensam, de alguma maneira, em mudanças importantes na nossa sociedade. A Assistência Social, que deveria ter uma relevância gigantesca numa sociedade como a nossa, tem, pelo inverso, um desmerecimento que não atinge o profissional somente, atinge muito mais a própria sociedade da qual ele é um cuidador. Por isso, para todos nós, essa luta é geral; ela não é uma luta corporativista, ou corporativa, apenas, ela é mais que isso. Ela é uma luta de todos, porque nós entendemos que alguns dos aspectos enfocados pela senhora, por exemplo, a flexibilização no direito do trabalho, na área das terceirizações, enfim, tem prejudicado e muito os trabalhadores em geral e, particularmente, a Assistência Social, que lida com os efeitos da precarização. Esse caso do Hospital Conceição; o caso do abuso sexual; o caso da demissão por denúncia, enfim, são situações que dizem respeito a todos nós. E nós estamos, todos, dispostos, todos os Vereadores, com certeza - mas aqui falo em meu nome e da Ver.^a Fernanda Melchionna -, a receber esse tipo de demanda, bem como denúncias dessas situações irregulares e levar até onde for necessário, porque esse é o nosso papel, e nós nos orgulhamos do papel que vocês cumprem na sociedade. Receba o nosso apoio.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Muito obrigada, Ver.^a Pedro Ruas.

O Ver. Kevin Krieger está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. KEVIN KRIEGER: Sra. Presidente; Maria Laura, eu queria cumprimentá-la e somar o Partido Progressista a essa luta que vem desenvolvendo a Assistência Social nos últimos três anos, em Porto Alegre, junto com a

implantação do Sistema Único da Assistência Social - uma demanda antiga do Governo Federal -, que foi implantada na Cidade, com a qual conseguimos abrir diversas vagas no mercado de trabalho.

Presidente Maria Laura e Ver. Pedro Ruas, eu queria deixar a informação de que todos os serviços que estão conveniados com a Fundação de Assistência Social na cidade de Porto Alegre - todos os trabalhadores já estão em regime de 30 horas. Já estão trabalhando na nova lógica, e, na nova jornada de trabalho, todos os convênios que não são terceirizações são convênios que executam com repasse governamental da Fundação, Ver. Pedro Ruas, já estão trabalhando 30 horas. Se não me engano, desde novembro do ano passado, já foi implantada e aprovada, pela Presidente Dilma, a Lei das 30 horas. Essa Lei já está sendo executada em todas as entidades não governamentais, seja na área de acolhimento institucional, seja no serviço de atendimento a famílias, que são as coexecutoras que trabalham em parceria com os nossos Centros de Referência de Assistência Social ou com os Centros de Referência Especializados de Assistência Social. Também estamos à disposição para receber essas demandas que a senhora trouxe em relação a esses técnicos que, muitas vezes, são ameaçados, que fazem o seu trabalho para garantir o direito dos cidadãos. Este é o trabalho do Serviço Social e dos nossos técnicos, Assistentes Sociais: garantir o direito de todas as pessoas que acessam o Sistema Único da Assistência Social na cidade de Porto Alegre. Nossos cumprimentos!

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Obrigada, Ver. Kevin Krieger.

O Ver. Airto Ferronato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. AIRTO FERRONATO: Minha cara Presidente Fernanda; Sra. Maria Laura, eu queria, em meu nome e em nome do meu Partido, dizer que, ouvindo a sua exposição - a senhora, no início, disse que não se vive a democracia sem política -, concordo na íntegra com a senhora e que, na verdade, não se

vive a política sem um constante pensar na dignidade da pessoa humana. Estamos no Brasil, e não se vive a dignidade da pessoa humana. A senhora também falou na Assistência Social. E se bota na cabeça: “Bom, isso é coisa para cuidar daquela dificuldade de pessoa pobre.” Isso é um grande equívoco! Acontecem desassistências em todas as camadas da sociedade! Por isso eu digo que não se vive a plenitude da democracia social e participativa sem a presença daqueles profissionais que, cotidianamente, estão juntos, pensando na assistência e na dignidade da pessoa humana.

Por isso eu quero parabenizar a senhora, o Sindicato e todos trabalhadores da Assistência Social. E, por último, quero registrar que a senhora fez uma proposta – e falar sobre o Kevin Krieger facilita, ele é um homem com tempo de mandato, com experiência vivida lá na FASC. Quero falar daquela importante proposta que a senhora faz de se concentrarem, aqui na Câmara, os debates, na Comissão de Saúde e Meio Ambiente, acho que é o espaço apropriado que temos aqui. Um abraço à senhora e a todos! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): O Ver. Paulinho Rubem Berta está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. PAULINHO RUBEM BERTA: Sra. Presidente, Ver.^a Fernanda Melchionna; D. Maria Laura Carvalho Bicca, é um prazer, uma satisfação e uma alegria tê-la aqui.

Quero fugir um pouquinho do tema, apesar de ter ouvido atentamente suas colocações, seu discurso. Quero dizer que sou um Vereador comunitário, sou da periferia de Porto Alegre. Muito tenho trabalhado em parceria com Assistentes Sociais, nesta Cidade, em prol das pessoas que mais precisam. E o que muito me traz orgulho com relação a essa categoria, e de todas que trabalham na Assistência Social, é a visão que tem a Assistente Social, com a qual eu compartilho completamente: que hoje não é mais a tentativa do dar, mas do capacitar, qualificar e oferecer uma proposta de colocação das pessoas. Essa é uma cultura que devemos criar na nossa Cidade, no nosso País, para que as pessoas, cada vez mais, possam andar com suas próprias

pernas, possam ter o seu direito de comprar, de buscar, de adquirir, de ter aquilo que elas merecem por seus méritos próprios.

Então, quero dar os parabéns a todos os trabalhadores da Assistência Social, dizer que me junto a essa luta e que o meu Partido – o PPS – está junto para lutar em favor dessa área. Muito obrigado e parabéns à senhora.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): O Ver. Dr. Thiago Duarte está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. DR. THIAGO DUARTE: Sra. Maria Laura, quero colocar a Comissão de Saúde e Meio Ambiente – e estão aqui o Ver. Todeschini e o Ver. Beto Moesch, nosso Presidente – totalmente ao seu dispor para discutirmos essa pauta. Ficamos à sua disposição. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Ver.^a Fernanda; inclusive por representá-la neste momento, neste espaço de todos os Partidos de oposição. Então, Maria Laura, acho que tu colocaste vários argumentos extremamente relevantes a essa alteração de regime de trabalho. Eu considero que nunca o Brasil precisou tanto da ação e da mediação dos Assistentes Sociais; nós temos um País que está esbanjando desenvolvimento, emprego – muito emprego – e tem muitos instrumentos para apoiar o acesso da população, que, por séculos, foi discriminada, foi relegada seja pela cor, seja pela opção sexual, e que sofre hoje com uma distância imensa para chegar a essas oportunidades de emprego. Quer dizer, não adianta o Brasil oferecer o Pronatec, o Minha Casa, Minha Vida, o Mais Renda, o ProUni, acesso à Universidade, quota, se nós não tivermos a mediação de quem constrói vínculos, de quem está lá na ponta, na relação com a família, na relação com a escola, com o adolescente; se este profissional não estiver bem respaldado e bem, pessoalmente,

fisicamente, porque, sem essa mediação, não vai acontecer o enfrentamento, o fim da miséria, que é um sonho de todos nós e o grande esforço nacional, neste momento, com tantos programas. E eu vejo que esse desgaste, essa luta das 30 horas tem essa ideia, a ideia da saúde do profissional, da plena atividade do profissional, que é uma pauta, portanto, estratégica para este momento, não é uma pauta corporativa.

Então, conta com o nosso trabalho, para que isso aconteça. Nós discutimos muito, no ano passado, o tema da Saúde, das 30 horas dos demais profissionais, e nós não encontramos avanço em Porto Alegre. Acho que a Prefeitura está devendo esse debate para que ele volte à tona para se criarem alternativas, porque ele é a saída para todos os profissionais da Saúde terem condições, de fato, de fazer um bom atendimento, porque eles estão o tempo inteiro com o público mais vulnerável, com as situações mais duras, e não há quem suporte isso sem uma organização de horário, de apoio adequado.

Parabéns pela luta do Sindicato. Vamos construir; a Comissão de Saúde se dispôs e reabre esse debate. Vamos acompanhar esse processo. Boa luta!

(Não revisado pela oradora.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Obrigada, Ver.^a Sofia Cavedon.

Nós gostaríamos de agradecer a presença do Sindicato, da Maria Laura e da Suzana, fazendo os encaminhamentos a partir das falas das Bancadas e dos pleitos feitos pelo Sindicato na nossa tribuna.

Primeiro, determinar que a Diretoria Legislativa envie os apanhados taquigráficos para a Comissão de Saúde e Meio Ambiente, uma vez que todo o pronunciamento da Sra. Maria Laura seja imediatamente encaminhado à Comissão de Saúde e Meio Ambiente, para o acompanhamento e a execução desse grupo de trabalho.

Segundo, quero perguntar ao Governo sobre essa questão do pleito dos profissionais de Assistência Social no Município de Porto Alegre, tanto os concursados, vinculados à Administração Direta e Indireta, quanto os conveniados, sobre a questão das 30 horas trazida, inclusive, pelo Ver. Kevin

Krieger. Um dos pleitos do Sindicato é que o Governo envie esses dados para o Sindicato e para a Câmara de Vereadores.

Gostaríamos que saísse esse compromisso aqui, da reunião, assim como o estudo, um grupo de trabalho para adequar a Lei Federal nº 12.317, de 2010, que coloca a jornada de trabalho em 30 horas, que já vem sendo realizada em vários órgãos federais, vários Municípios, vários Estados, e que a rede conveniada já tem em Porto Alegre, mas os profissionais da Administração ainda não têm - um direito que já é Lei Federal, que já foi conquistado - essa questão da adequação da Lei Municipal na busca por avanços da questão das Assistentes Sociais no Município de Porto Alegre.

Acho que são os três encaminhamentos que peguei. Vou dar os minutos para as despedidas finais da Maria Laura, que, se passou algum encaminhamento, certamente vai fazer as correções necessárias.

A SRA. MARIA LAURA CARVALHO BICCA: Eu gostaria de agradecer a manifestação de todos os Vereadores, o acolhimento da Comissão de Saúde. Conversando mais, ao longo dos meses, a gente vai ter que trabalhar um pouquinho os conceitos do que é Serviço Social, do que é Assistência Social, do que é política, enfim, uma série de coisas que é nossa obrigação saber, mas que a gente tem que democratizar e informar.

Eu gostaria de dizer aos senhores, puxando “uma brasa para o nosso assado”, que, quando estou doente, quero o melhor médico para descobrir a minha enfermidade, para me salvar imediatamente. Há alguns anos, em 2005, eu era Presidente do Sindicato, e foi criada uma polêmica, na área de Direitos Humanos, sobre o direito de as apenadas em Porto Alegre fazerem, junto com os funcionários da Susepe, um curso superior. A maioria dos apenados escolhe o curso de Direito, mas esse grupo de mulheres, que é um grande grupo de mulheres na questão do Serviço Social, hoje já se ampliando mais para os homens, pediram o curso de Serviço Social, que foi dado no IPA para apenadas que cumpriam pena.

Como Presidente do Sindicato de Assistentes Sociais, recebi o seguinte pleito da categoria, das colegas: o que o Sindicato vai fazer diante das apenadas querendo fazer Serviço Social? Respondi que não iria fazer nada, porque o

direito de habilitar-se e reabilitar-se é de todos. Eu não sou juiz. Ela vai cumprir a sua pena, vai responder por isso e, se ela tiver condições profissionais para cumprir as exigências, ela poderá ser uma profissional inclusive para ajudar.

Ganhei o dia quando saiu na página do jornal Zero Hora uma foto ensolarada com uma apenada dizendo: “Se eu tivesse encontrado uma Assistente Social na minha vida; se eu tivesse encontrado um profissional comprometido, talvez eu não tivesse caído nisso.”

Então, este é o nosso papel: ajudar a sociedade, quando estiver sem forças, a levantar, a pensar, a recuperar, a apostar na dignidade do ser humano, como citou o Vereador, e saber que todos temos o potencial; o que, às vezes, não temos é a oportunidade.

Muito obrigada, Srs. Vereadores. Vamos à luta, vamos construir esse trabalho que será bastante importante para nós e para sociedade. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Agradecendo novamente a presença do Sindicato, suspendo os trabalhos por dois minutos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h54min.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): (14h58min) Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Mario Manfro está com a palavra para um Requerimento.

O SR. MARIO MANFRO (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a inversão da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. Saliento que os dois oradores do Grande Expediente, Vereadores Bernardino Vendruscolo e Alceu Brasinha, gentilmente concordam com este Requerimento.

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Em votação o Requerimento do Ver. Mario Manfro. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a assinalar a abertura da II Semana Porto-Alegrense de Combate à Alienação Parental, nos termos do Requerimento nº 031/12, de autoria do Ver. Mario Manfro.

Convidamos para compor a Mesa: o Sr. Sérgio Moura, Presidente da Associação Criança Feliz; a Dra. Melissa Telles, Coordenadora-Geral do I Congresso Nacional de Alienação Parental.

De imediato, passo a palavra para o Sr. Sérgio Moura.

O SR. SÉRGIO MOURA: Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, muito boa-tarde. Mais uma vez a Associação Brasileira Criança Feliz tem a honra de voltar a esta Casa e prestar um relatório social desse último ano em que intensificamos as atividades no combate à alienação parental.

Aproveitando a oportunidade, Presidente, nós vemos aqui as Assistentes Sociais reivindicando uma posição, uma providência; neste momento, tomamos conhecimento da Lei 12.317, que é anterior à Lei 12.318, que é a Lei da Alienação Parental, do mesmo mês e ano. Então, é uma feliz coincidência a senhora estar aqui com a gente.

Estamos com mais um ano de atividades. Estamos comemorando o segundo ano em que Porto Alegre, ainda líder no Brasil, continua pioneira com a Semana da Alienação Parental. Ela foi a primeira Capital brasileira e continua ainda sendo a única Capital brasileira que tem este ato contra a alienação parental. Nós ainda queremos salientar a ajuda e o apoio desta Casa junto à Associação Brasileira Criança Feliz e, em especial, na pessoa do Ver. Mario Manfro e de seu Gabinete. Realizamos muitas atividades, realizamos muitas ações e levamos a toda a Porto Alegre e a todo o Estado esta iniciativa e este

trabalho que diz que a alienação parental é destrutora de paz, é destrutora de lares e é um instrumento que ainda continua sendo muito usado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Obrigada, Sr. Sérgio Moura.

Reiteramos a nossa alegria de, mais uma vez, recebê-los, aqui na Casa, para nova Semana de Combate à Alienação Parental.

A Dra. Melissa Telles está com a palavra.

A SRA. MELISSA TELLES: Gostaríamos de comunicar que o I Congresso Nacional de Alienação Parental está com as vagas esgotadas. Infelizmente, não vamos poder atender as mais de cem pessoas que se encontram hoje na fila de espera para uma vaga no Congresso.

Gostaria de registrar que a alienação parental é uma tortura contínua na vida de crianças e de adolescentes, algo que nós precisamos combater. Nenhuma lei vai impedir que a alienação parental ocorra, nem a Lei nº 12.318, de 2010, que trata da alienação parental, nem a Lei que constituiu a Semana de Conscientização sobre a Alienação Parental, mas esta, trazida por esta Casa pelo Ver. Mario Manfro, nos apoia no sentido de dar continuidade para que a informação seja levada a todos os pais, a todas as pessoas. Nós, da ABCF, acreditamos que a informação é o melhor caminho; se soubermos as consequências da alienação parental, com certeza será mais fácil evitar a sua ocorrência. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Obrigada, Dra. Melissa.

Nós gostaríamos também de anunciar – agradecendo a presença – a Visita Orientada da Escola Estadual Cidade Jardim. São 19 estudantes do 5º ano, acompanhados pela Professora Renata Farias. A atividade faz parte do Projeto de Educação Política que a Seção do Memorial desenvolve com as escolas de Porto Alegre. Sejam muito bem-vindos à Câmara Municipal!

O Ver. Mario Manfro está com a palavra em Comunicações.

O SR. MARIO MANFRO: Sra. Presidente, Sr. Sérgio Moura, Presidente da Associação Brasileira Criança Feliz; Dra. Melissa Telles, Coordenadora-Geral do I Congresso Nacional de Alienação Parental, eu vou tentar rapidamente fazer uma explanação sobre o que é a alienação parental e a importância desse tema.

Até 2010, quando recebi os colegas da Associação Criança Feliz em meu gabinete, eu não sabia exatamente o que significava alienação parental. O nome parece difícil à primeira vista, mas, ao chegar um pouco mais próximo, qualquer pessoa vai dizer que conhece alguém ou já ouviu alguma história nesse sentido. Desde então, estamos comemorando hoje a II Semana de Conscientização e Combate à Alienação Parental em Porto Alegre, na semana que inclui o dia 25 de abril, Dia Internacional de Conscientização sobre a Alienação Parental. Neste sentido, temos orgulho de dizer que Porto Alegre é pioneira entre as capitais brasileiras.

Posso afirmar que, em pouco tempo, vejo um grande avanço, através do grande trabalho de instituições como a Associação Criança Feliz e de sua diretoria hoje aqui presente. A expressão vem atingindo cada vez mais a grande mídia, e as pessoas têm acesso à informação a respeito do assunto. Muito trabalho ainda tem pela frente, uma vez que a discussão sobre a alienação parental precisa fazer parte do nosso dia a dia, e a compreensão das pessoas precisa ser direcionada para entender e combater atitudes que, muitas vezes, são encaradas como normais nos relacionamentos, mas que trazem consequências sérias na vida das pessoas envolvidas.

A Síndrome da Alienação Parental é uma expressão proposta pelo psiquiatra americano Richard Gardner, no ano de 1985. Consiste em situações em que pai, mãe ou ambos treinam os seus filhos para o rompimento de laços afetivos com o outro genitor, criando fortes sentimentos de ansiedade e temor em relação ao genitor infamado. São práticas com forte tendência vingativa postas em ação por quem não aceita a ruptura da vida em comum.

A alienação parental também pode ser praticada por parentes e por amigos de parentes, constituindo uma forma censurável de manifestação de solidariedade.

A divulgação do assunto encontra justificativa na gravidade de suas consequências na formação dos filhos e desses pais que, durante anos, passam a ser retirados de um convívio saudável e importante nas relações familiares.

A situação é de tal gravidade e tão frequente, que foi necessária a publicação de uma Lei para caracterizá-la, trazendo ao conhecimento público alguns dos atos alienadores mais comuns.

Desde 26 de agosto de 2010, passou a valer no Brasil a Lei que prevê também punição para quem apresentar falsa denúncia contra o genitor, contra familiares ou contra avós para dificultar a convivência deles com a criança ou adolescente bem como mudar o domicílio para local distante e sem justificativa para dificultar a convivência da criança ou do adolescente com o outro genitor, avós ou familiares. Há previsão de multa, acompanhamento psicológico e perda da guarda da criança para quem manipular os filhos.

Eu gostaria, se possível, que os colegas me ouvissem, porque, realmente, julgo o assunto muito importante.

Esta Lei conceitua a alienação parental como “a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente, promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou o adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este”.

Conforme a Lei, é alienação realizar campanha de desqualificação contra o pai ou a mãe; dificultar o exercício da autoridade parental; atrapalhar o contato dos filhos com o genitor; criar empecilhos para a convivência familiar; omitir deliberadamente a genitor informações relevantes sobre a criança ou o adolescente, inclusive escolares, médicas e alterações de endereço; apresentar falsa denúncia contra genitor ou mudar o domicílio para local distante visando dificultar a convivência dos menores com o outro genitor, com familiares ou avós.

Infelizmente, faz-se necessária uma lei para tentar suprir a ausência de bom senso por parte daqueles que deveriam ser os agentes de construção de crianças em pessoas melhores para o mundo, mas que, aqui, deixam marcas profundas em seus filhos, uma vez que o objetivo maior não está no bem-estar da criança e, sim, em atingir o outro genitor como vingança pela mágoa ou rancor deixados por uma separação não assimilada.

Quero parabenizar, mais uma vez, a Associação Criança Feliz por trazer este assunto até nossa Casa e permitir que fizéssemos parte dessa história. Pela iniciativa da Associação, Porto Alegre recebe, neste final de semana, entre os dias 27 e 28, o I Congresso Nacional de Alienação Parental: um olhar Jurídico e Psicológico. O evento tem como objetivo discutir a importância da visão multidisciplinar sobre a alienação parental. Ainda há muita dúvida com relação ao tema, principalmente porque a legislação é recente. Atividades como estas devem ser cada vez mais propagadas e divulgadas, para que a discussão se torne incessante. Tenho a certeza de que aqui falo em meu nome e de todos os Vereadores. Contem sempre conosco nesta luta! Desejamos força nesta importante caminhada.

A Sra. Sofia Cavedon: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereador, eu o ouvia atentamente e quero dizer que estamos aprendendo também o que significa esse termo. Graças à adesão de V. Exa. ao tema, sobre esta proposição é pela segunda vez, pelo menos que eu lembre, que fazemos esse debate em plenário.

Quero cumprimentar a Dra. Melissa Telles e o Sérgio, a Associação Criança Feliz, porque, para a Câmara, é muito significativa a abertura da II Semana ser aqui. Esta Casa tem, de fato, ressonância da sociedade, mas ela tem ousado, tem recebido temas novos, e esse tema, que é aparentemente pequeno, na verdade é fundamental que seja enfrentado, porque vem cumprir os preceitos da criança e do adolescente, e porque ainda há muita imaturidade dos adultos, pais e mães, que não aprendem a ser pais e mães, que vão experimentando ao ter filhos, e, na separação, muitas vezes, utilizam esses filhos para resolver a sua relação. Acho que há muito de cultura para mudar, mas também há muito de esclarecimento, muito de formação. Então, esse trabalho é fundamental

para que os direitos das nossas crianças sejam respeitados de fato, para que a infância seja feliz de fato.

Então, parabéns ao Ver. Mario Manfro, à Associação, que seja uma excelente Semana, e que a Casa possa sempre apoiar o trabalho de vocês.

O Sr. Luiz Braz: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Meu amigo Mario Manfro, quero cumprimentar Vossa Excelência; a Dra. Melissa Telles e o Dr. Sérgio e dizer que, neste momento em que nós estamos passando por uma fase, com as famílias sendo dizimadas, destroçadas, em que as crianças ficam, muitas vezes, na disputa entre pais e mães, que também ficam desorientados e que, de repente, começam a cometer atos que não deveriam, prejudicando a criança, esse tema da alienação parental, realmente, surge em todos os cantos da nossa sociedade. Então, é bom que Parlamentos como o nosso, e também outros, comecem a conhecer um pouco mais a respeito desse tema para que possam ajudar, e, também nas discussões, levem em consideração essas coisas que acontecem e que modificaram completamente as relações na nossa sociedade. Cumprimento V. Exa., porque esse tema, realmente, é um dos mais atuais.

O SR. MARIO MANFRO: Obrigado, Vereador. Tanto é assim que, como disse a nossa amiga Melissa, já estão esgotados todos os espaços. E é impressionante que, quando a gente fala em alienação parental, os nossos amigos sempre têm alguma pessoa que passou, sofreu com isso. Enfim, realmente, é um tema atual que necessita de muita divulgação, e é nesse sentido que nós procuramos dar um apoio. E essa luta de vocês é muito meritória. Meus parabéns!
(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Obrigada, Ver. Mario Manfro, pelas palavras e pela homenagem que permite que esta Casa discuta, mais uma vez, um tema muito importante como a alienação parental.

Já tivemos uma conquista, no ano de 2010, com a Lei nº 2.318, fruto da mobilização e da campanha de conscientização que uma série de entidades

vem fazendo, como a Associação Brasileira Criança Feliz, com médicos, advogados, psicólogos, assistentes sociais vinculados à área da Saúde, que combatem essa questão da alienação parental.

Registro, por um lado, a nossa alegria de que a abertura da Semana esteja sendo realizada na Câmara de Vereadores e por saber que o congresso já está com as vagas esgotadas, e, por outro lado, a nossa tristeza pelos outros cem que certamente gostariam de estar presentes, nos dias 27 e 28 de abril, no I Congresso Nacional sobre a Alienação Parental.

Divulgo, ainda, que nós recebemos uma matéria que será repassada aos Vereadores e Vereadoras sobre os danos que causam à vida da criança quando vítima de alienação parental dentro de casa.

Aproveito, mais uma vez, para agradecer a homenagem requerida pelo Ver. Mario Manfro; pela presença do Sr. Sérgio e pelo seu excelente trabalho à frente da Associação, bem como pela presença da Dra. Melissa. É uma honra para a Câmara ajudar a apoiar, incentivar e ajudar na divulgação da II Semana Municipal Porto-Alegrense de Combate à Alienação Parental.

Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h16min.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): (15h18min) Estão reabertos os trabalhos.

O SR. ELIAS VIDAL (Requerimento): Sra. Presidente, estou solicitando o período de Tempo Especial, conforme art. 94, § 1º, alínea f, e mais o tempo de Comunicações do Ver. Adeli Sell.

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Esta Presidente defere o seu Requerimento.

O Ver. Elias Vidal está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Adeli Sell, e depois prossegue sua manifestação em Tempo Especial.

O SR. ELIAS VIDAL: Sra. Presidente; Sras. Vereadoras; Srs. Vereadores; imprensa; público que se encontra nesta Casa Legislativa e os que nos assistem pela televisão, venho a esta tribuna para dar ciência da decisão que este Vereador tomou.

Senhores Vereadores, venho acompanhando, nesse último mês, especialmente, uma situação de muito desconforto que vem acometendo este Vereador. Resolvi assinar as duas CPIs - a da Saúde e a do Instituto Ronaldinho -, e, no meu modo de ver, de sentir e de entender, é um direito que cada Vereador tem tomar uma posição, de acordo com a sua consciência diante da sociedade, diante do povo, diante da cidade de Porto Alegre, e este Vereador tomou uma posição nesse sentido.

Os senhores são testemunhas de que houve um desagrado por parte do Governo, da base aliada, do meu Partido, do meu Líder de Bancada - que, até então, não era o Líder da Bancada; este Vereador que era o Líder de Bancada - e fui afastado da Liderança.

No decorrer das semanas, a partir do que foi acontecendo, tivemos uma visão maior da situação, do contexto, da questão povo, demandas, saúde, Instituto Ronaldinho, dinheiro público, a descrença do povo na política.

Achei que deveria ter uma postura, e os senhores foram testemunhas de que este Vereador foi retaliado de diversas formas e de todos os lados, a começar pelo meu Líder de Bancada, Ver. Paulinho Rubem Berta.

Este Vereador recebeu e tem recebido muitos *e-mails*. Aqui está um *e-mail* que a autora me autorizou para que eu lesse na tribuna. “Luciana Robalo. 22 de março de 2012. Meu esposo está esperando uma consulta de emergência pelo posto Santa Marta para cirurgia do estômago, desde 2006. Ele tem 190 quilos. Perderam a documentação dele. Sempre que mandamos *e-mails* para eles, a resposta é a mesma, que realmente erraram e que vão resolver, mas, até hoje, não fizeram nada. Meu medo é que seja tarde demais. Temos todas as provas, *e-mails*, requisição do Posto Santa Marta, encaminhamentos, carteirinha do SUS com o pedido de emergência, já que o caso dele é de urgência. No final do ano de 2011, ele foi chamado para uma consulta no Hospital Conceição. Chegando lá, o médico - sem ao menos examiná-lo - fez um requerimento

para que ele voltasse para o Santa Marta, solicitando uma consulta de emergência para o Hospital de Clínicas ou PUC, porque, no Conceição, ele ficaria na espera por 5 anos. Iria para 9 anos. Retornando ao Posto Santa Marta...” Enfim.

Como a CPI da Saúde, especialmente, trata de buscar um dinheiro perdido, um dinheiro roubado, um dinheiro desviado, e, de tanta carência, de tanta demanda reprimida na Cidade, de toda ordem, descobri, com os *e-mails* que chegaram, que deve haver milhares de mortos que ainda não foram chamados, que já morreram, e que outros mortos foram chamados para cirurgia, mas já estão mortos. E há um outro grupo de mutilados que perderam parte do corpo, porque a cirurgia não chegou a tempo. E a gente tem uma CPI para resgatar R\$ 15 milhões que, corrigidos, fiquem em R\$ 21 milhões, para gastar com cirurgias. Aí este Vereador toma uma postura de assinar a CPI da Saúde e do Instituto Ronaldinho, e eu sou chamado de palhaço, que só falta o nariz de palhaço, segundo o meu Líder de Bancada. Agora não sou mais do Partido dele; ele pode falar o que quiser. Ele disse que, se ele ficasse, eu não ficaria; que se eu ficasse, ele não ficaria. Ele pode ficar tranquilo no PPS, pois eu não estou mais no PPS. E estou tranquilo, estou em paz, estou tranquilo. Não vou poder concorrer? Não. Não vou poder concorrer, mas eu disse para vocês que eu não estou preocupado com o mandato. Tem gente que se agarra no mandato como carrapato no porco. Não solta, só sangrando. Estou aqui numa boa, estou entregando, praticamente, o meu mandato, vou até o final do ano, ou, talvez, não. Não estou preocupado com isso, mas eu saio com a minha consciência tranquila, e estou numa boa, podem ter certeza. Com tanta demanda reprimida, com tanto dinheiro desviado para buscar lá fora, o meu Partido - até então - disse que eu não posso participar de uma CPI, quando é o Partido que mais CPI tem assinado no País, quando o Roberto Freire disse que, segundo a CPI, lá do Rio Janeiro, dos hospitais federais, assina quem quer, e aqui eu não posso assinar. Eu sei que a minha fala está irritando muita gente, mas eu não estou nem aí se está irritando você ou não. Agora, eu quero saber sobre as pessoas que estão esperando uma cirurgia e não há médico, não há remédio, não há dinheiro, mas tem dinheiro desviado! E este Vereador não pode participar de uma CPI! Aí vem a retaliação, tiram todas as

assessorias da minha Bancada. Na Bancada do PPS, o Ver. Paulinho Rubem Berta está com todas as assessorias; eu estou sem nenhuma, estou prejudicado para executar o meu trabalho. Aí, toda a vez que eu faço uma fala o meu Líder vem atrás de mim e me desmoraliza publicamente. Na semana passada, foi no Anita Garibaldi. Eu fiz uma fala, e outro Vereador também fez. Para o outro Vereador ele bateu palma, e tentou me ridicularizar publicamente. Aí eu faço de tudo para sair a CPI, e ele faz de tudo para não ter a CPI. Eu vou ao Ver. Paulinho Rubem Berta e digo para ele: “Ver. Paulinho Rubem Berta, eu quero participar da CPI.” Agora, se ele vai confirmar ou não, isso é problema dele, se não vai confirmar não me interessa. Ele disse: “Tu não podes participar da CPI.” Mas por quê? Porque o Prefeito determinou, pediu para o PPS, para o Paulo Odone, para o Partido, que você não participasse da CPI. É óbvio, o meu voto seria a favor da CPI para buscar o dinheiro roubado, desviado lá de fora. Então, eu não posso fazer nada; agora, se ele vai confirmar ou não, isso é problema do Paulinho Rubem Berta, depende da consciência dele, isso é problema dele, mas ele me disse. Ele me disse que, segundo o Governo, este Vereador não podia participar da CPI, que tinha pedido para o Partido, o Partido pediu para ele e ele disse “não”. Aí, este Vereador, por não ter assessoria de Bancada, perde a Liderança de Bancada. Este Vereador não pode participar da CPI. Não, não posso! Todo o mundo sabe que o único voto da situação foi o meu voto. Todos os votos somados foram da oposição. Eram 11 votos, e com o voto deste Vereador seriam 12 votos. Eu não sou melhor do que ninguém, todas as assinaturas foram importantes. Aqui, há excelentes Vereadores preocupados. Agora, há alguns Vereadores preocupados com o cargo. E se alguém vier a esta tribuna e disser que o Vereador está preocupado com o cargo... Eu perdi tudo e estou numa boa. Coloquei o meu mandato à disposição e estou tranquilo. Mas eu saio com a minha consciência tranquila.

Agora, o que me surpreende e me deixa bastante estarecido é que eu tinha, na minha assessoria, dois senhores que eram Chefes de Gabinete do Eliseu Santos, dois senhores, chefes simultaneamente e, em algum tempo, não simultaneamente, do Secretário Eliseu Santos. Ao assinar a CPI, um desapareceu, deu o desespero, e o outro entrou em pane total, é o senhor

Daniel Silva, um senhor de idade, que senta por aqui, de boa aparência, de boa fala, uma boa maneira de se comunicar, eu me encantei com ele. Hoje ele não está, mas ele senta por aqui. Estava no meu gabinete, e, aí, quando eu assinei a CPI, bateu o desespero nele. Ele tem uma esposa que trabalha na Secretaria da Saúde. Ele entrou em pane total e fez de tudo para a CPI não sair. E aí, eu fui ao Ver. Paulinho Rubem Berta e disse: “Eu não vou ficar mais com o Professor Daniel Silva, porque alguma coisa está errada com ele, porque esse desespero não é normal. Alguma coisa de errado tem.” Então, o Ver. Paulinho Rubem Berta disse: “Não, eu não posso tirar... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)... E aí, o Ver. Paulinho Rubem Berta disse: “Não, eu não posso mandar embora o Professor Daniel, porque o Partido não quer que ele vá embora.” E ele não tinha nenhuma ligação com Partido, ele tinha ligação comigo. E aí eu não tenho condições de botar um outro assessor de Bancada, porque o Partido segura quem estava contra mim e contra a CPI. E o Professor Daniel tentou me colocar numa situação extremamente perigosa, que eu não vou entrar em detalhes aqui, porque eu amo a minha vida; mas me botou em situação extremamente perigosa, e eu não posso tirá-lo, não posso exonerá-lo, e o Partido segura. Então como vou ficar num Partido que este Vereador perde Liderança de Bancada, perde assessoria de Bancada, não pode exonerar quem está contra. Então eu prefiro ficar sem Partido e (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): O Ver. Paulinho Rubem Berta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

Solicito que o Ver. Carlos Todeschini assuma a presidência dos trabalhos.

(O Ver. Carlos Todeschini assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PAULINHO RUBEM BERTA: Sr. Presidente; Srs. Vereadores; Sras. Vereadoras; todos que nos assistem, eu só quero dizer poucas coisas, não vou me alongar muito porque eu acho que o episódio está encerrado, está terminado.

O que aconteceu foi o seguinte: há dois anos, praticamente quase três anos, nós fizemos um acordo partidário, dentro do próprio Partido, sobre aquelas decisões que a gente toma em assembleia no Partido, os Vereadores de um Partido se reúnem e combinam, entre eles, a atitude a tomar para que exista uma ética, exista uma disciplina entre os colegas Vereadores. E lá acordamos, conforme foi lido, nesta tribuna, por um Vereador, que nós, o Partido, havia decidido que não assinaria a CPI, porque acreditava que o Ministério Público e a Justiça poderiam e estavam caminhando corretamente na elucidação dos fatos em relação à CPI.

Muito bem, esse acordo foi feito entre três Vereadores: Paulinho Rubem Berta, Toni Proença e o Vereador que aqui se pronunciou. Esse acordo foi mantido durante dois anos e pouco, praticamente três anos. Ao final dos três anos, como o Ver. Toni Proença já havia saído do PPS, o Vereador, por sua livre e espontânea vontade... É um direito que eu concordo que ele tem, mas poderia ter um pouquinho de consideração de chegar ao colega e dizer: “Olha, eu vou assinar a CPI por tal motivo.” Se fosse assim, não teríamos maiores problemas, e que ele tivesse comunicado o Partido também, porque ele não se elegeu sozinho; ele se elegeu através de um Partido que deu sustentação, que votou, porque, através desse Partido, ele pegou os cargos a que tinha direito, merecidos. E ele veio à tribuna e fez o que fez, todo o mundo viu aqui.

Eu quero dizer para vocês que eu não aceitei isso, não aceito e nunca vou aceitar porque eu considero o meu Partido uma família, e uma família que age desunida não pode construir nada, não constrói nada. Ela constrói a desgraça, ela constrói a descrença, ela constrói a mentira, ela constrói a falta de ética. Eu entendo dessa forma.

O Presidente do meu Partido, após a Executiva se reunir, me mandou um comunicado, me telefonou pedindo que, por essa decisão unilateral tomada por um Vereador, este Vereador assumisse a Liderança para responder em nome do Partido na Câmara de Vereadores, até que o processo gerado internamente

tivesse uma solução. Ninguém disse “vai ser expulso, não vai ser expulso, vai ser penalizado dessa ou daquela forma”. Ninguém disse isso! É um processo normal que acontece em qualquer Partido, em qualquer agremiação. E ficamos no aguardo.

O Vereador, sabedor disso, logo após foi lá e dispensou os Cargos de Confiança que tínhamos na Bancada, que eram o Prof. Daniel e um outro rapaz que eu nem conheço, praticamente, e que foi colocado lá por ele. Ele colocou lá. E não seria de bom-tom, no nosso entendimento – salvo para quem tem opinião diferente, e eu não discordo, cada um tem a sua opinião –, uma coisa prejudicar a outra: dispensar pessoas simplesmente porque existiam um desencontro de ideias, um desencontro de opiniões e uma solicitação do Partido.

Também tentaram deixar clara uma perseguição que nunca aconteceu. Nunca aconteceu! Se eu estou no Partido de qualquer um dos senhores e existir um Vereador que esteja sob um processo dentro do próprio Partido, não pode esse Vereador ficar com a Liderança e responder pelo Partido. De que maneira uma pessoa que está sendo julgada, de alguma maneira, vamos dizer assim, dentro do Partido, vai responder pelo PPS ou por qualquer Partido? Não pode! Ele tanto pode enterrar esse Partido como pode botar lá em cima. Mas ele não pode, ele está sob um processo.

A retirada da Liderança do Vereador foi temporária até que se definisse a questão partidária. Ele não quis esperar, é um direito dele. Ele foi lá e se desfilou? É um direito dele. Mas será que durante três anos e pouco esse Vereador não percebeu as filas nos postos de saúde?! Não só na cidade de Porto Alegre, mas no Brasil inteiro! Será que, nesses três anos e pouco, ele não percebeu que está faltando isso, está faltando aquilo?! Eu não vou entrar no mérito, eu quero desejar ao... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)... Eu agradeço. Só quero aqui dizer que não tenho nada contra ninguém, nunca tive, jamais perseguiria alguém, de maneira nenhuma. Fiz aquilo que a ética manda: defendi o meu Partido, defendi a minha família e defendo que colegas, parceiros, amigos, correligionários devem sempre se respeitar, devem sempre

agir junto, de comum acordo. Podem até ter opiniões diferentes, mas que um saiba, no trabalho, o que o outro está fazendo, porque esse é um trabalho coletivo.

Eu quero aqui dar os parabéns ao Ver. Elias pela atitude que tomou e quero desejar boa sorte a ele, que Deus o ajude e esteja com ele. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): O Ver. João Antonio Dib está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Sr. Presidente, Ver. Todeschini; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu estou cansado, eu estou irritado ouvindo o que ouço dessa tribuna de Vereadores que falam do Instituto Sollus! Vereador tem que ser sério, tem que ser responsável! Isto aqui foi lido, foi mostrado, mas parece que sempre volta até para matar outra vez o ex-Vice-Prefeito, ex-Vereador, ex-Deputado Eliseu Santos. (Mostra documento.) Sempre aparece! Em uma semana, 12 de março de 2009, a Secretaria Municipal de Saúde identifica duplicidade de CNPJs de gráficas emissoras das notas fiscais do Instituto Sollus. Dia 16 de março, a Secretaria Municipal de Saúde determina a suspensão de quaisquer repasses à OSCIP que não se referissem a folha de pagamento, encargos sociais, provisões de demissões e despesas de pessoal administrativo. Dia 16 de março de 2009, a Secretaria Municipal de Saúde informa o Ministério Público Estadual sobre fatos envolvendo as notas fiscais aportadas pelo Instituto Sollus. Dia 20 de março de 2009 – uma semana –, autuação do inquérito policial nº 288/99 junto à 3ª Delegacia Seccional de Polícia, 15º Distrito Policial de São Paulo, Capital, Itaim Bibi, referente ao cometimento dos crimes de estelionato e falso. Em outubro de 2011, foram localizados e penhorados os bens dos Diretores do Sollus, e o processo está em plena execução. Então, chega de história de CPI da Saúde!

Mas eu quero falar da CPI do Instituto Ronaldinho e quero pedir a sua dissolução pela falta de competência do comando dessa CPI. Já vi que o Relator da CPI aponta contradições de Assis, mas eu também vi aqui o Ver. Pedro Ruas convocar, para a próxima semana, e foi isso que se acertou na

primeira reunião da famosa Comissão “para lamentar”, que não conseguem chamar... Ainda o Ver. Pedro Ruas teve o cuidado de solicitar que ele fosse impedido de sair do País! Não conseguem chamar o Ronaldinho! Então, nesta semana, vamos tratar de chamar as pessoas que... Sei lá... Não sei bem o que vamos fazer, mas vai ser uma coisa engraçada! Agora, se não conseguiram chamar o Assis, eu acho que é falta de competência, mas, em todo caso, a entrevista está aqui: “O Relator da CPI aponta contradições de Assis”. Ele deve ter lido tudo! Ele deve ter lido tudo, assim como o Ver. Mauro Pinheiro leu as 1.900 páginas de um Pedido de Informações! Agora, vejam V. Exas., aqui é um documento, que deve estar lá com o nosso Relator e com o nosso Presidente, é claro. (Mostra documento.) (Lê.): “A parceria entre as empresas e o Instituto amplia o número de atores envolvidos na sustentabilidade de um projeto que tem por objetivo, através do esporte, promover o desenvolvimento humano daquelas crianças, jovens e famílias.” Convênio de quatro poderosíssimas empresas com o Instituto Ronaldinho e a Prefeitura, isso é documento da Prefeitura. Está aqui a assinatura do Prefeito, está aqui a assinatura do Assis e das quatro empresas. Será que vão convocar as quatro empresas? Com a competência demonstrada, não conseguiram trazer o primeiro depoente! Mas já falam até que vão convidar a mãe do depoente! É muito engraçado, é muito engraçado! Na realidade, eu vou verificar quais passos vou dar a seguir. Eu quero ver chamar aqui essas quatro empresas! Agora, é claro, eles não leram os documentos. Até nas 1.900 páginas do meu amigo Mauro Pinheiro deve ter havido dificuldade, porque é um montão de páginas! Acho que até eu também não leria! Saúde e PAZ!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. MAURO PINHEIRO: Sr. Presidente; Vereadoras; Vereadores; público que nos assiste nas galerias e pelo Canal 16; Ver. João Antonio Dib, com todo o respeito que V. Exa. merece, o senhor está totalmente equivocado e vem na linha que o Governo tem tentado desde o início, que é a de impedir a CPI a

qualquer custo. Vossa Excelência usa todas as mágoas e palavras fortes, o que não é do seu costume. Pelo jeito, o Governo, realmente, está preocupado com a CPI! Deve estar muito preocupado.

Vossa Excelência fala em competência da CPI, diz que ela tem que terminar porque não conseguiu convocar o Sr. Roberto de Assis Moreira, o único que foi requerido no primeiro dia da Comissão Parlamentar de Inquérito. Vossa Excelência está totalmente equivocado! Este Presidente da CPI já fez o pedido, já mandou para o Presidente da Casa; além disso, através do meu gabinete, Ver. João Antonio Dib, já fizemos contato com a família Assis. Ninguém está parado, Vereador! Nós não estamos parados como o Governo, para quem nós pedimos os documentos, por várias vezes, mesmo V. Exa. tendo falado, deste microfone, que toda a documentação já tinha sido entregue - as 1.900 páginas! Todos aqui já escutaram isso. Mas acho V. Exa. não contou quantas páginas vieram quando foi instalada a CPI, são quase sete mil páginas, Ver. João Antonio Dib, às quais só estamos tendo acesso agora, depois de instalada a CPI. Portanto, quem não quis entregar documentos foram V. Exa. e esse Governo, que não tem gestão. E agora, o senhor vem atacar, querendo terminar com a CPI por falta de competência?! Ora, Ver. João Antonio Dib, o senhor tem 40 anos de Casa e o senhor sabe como funciona, o senhor sabe que estão sendo feitos todos os movimentos corretos, mas o senhor ataca, o senhor esbraveja porque quer defender um governo que não tem gestão, que não sabe o que faz, que está perdido e que quer impedir a CPI de qualquer jeito, Ver. João Antonio Dib.

Para seu conhecimento, Roberto de Assis Moreira, Ronaldinho e sua família estão todos morando no Rio de Janeiro. Portanto, essa talvez seja a dificuldade de ele estar presente na próxima quinta-feira, Ver. João Antonio Dib. Mas nós já fizemos contato, e é só por esse fato que ele talvez não tenha tempo hábil de estar aqui. Nós não quisemos falar isso aos jornais porque nós estamos investigando, mas, já que V. Exa. está perguntando, nós respondemos: o grande motivo é porque a família Moreira não mora mais em Porto Alegre; mora no Rio de Janeiro. É por isso, Ver. João Antonio Dib, que talvez o Assis não esteja aqui na próxima quinta-feira; mas, com certeza, ele estará aqui presente depondo, se não for no dia 26, será no dia 3 ou no dia 10, mas eu

posso lhe garantir que ele estará presente muito mais rapidamente do que a Prefeitura levou para entregar documentos, sendo que bastava entregá-los, se é que eles estavam feitos; ou será que tiveram que fazer esses documentos, Ver. João Antonio Dib? Agora, o senhor vem aqui e acusa, pelos jornais, de incompetente a CPI! A incompetência é deste Governo, que tem a grande maioria desta Casa e não queria CPI; a CPI foi instalada pela minoria - a oposição é minoria, não tem os 12 integrantes; nós deslocamos e conseguimos as doze assinaturas. E aí o Prefeito e a base do Governo foram aos jornais dizer: "Nós vamos instalar a CPI!" Vocês não! A oposição! Foi a minoria desta Casa que instalou a CPI e que vai investigar, sim, os contratos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre com o Instituto Ronaldinho Gaúcho. Vereador integrante da base do Governo, um ex-Secretário, mesmo depois de a instalação da CPI estar decidida, dizia que ia entrar na Justiça para impedir a CPI. O Governo fez de tudo para não sair, mas, infelizmente, Ver. João Antonio Dib, não é a sua vontade; é a vontade da minoria, da Constituição e do Regimento Interno - a CPI vai sair e vai investigar o seu Governo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): O Ver. Waldir Canal está com a palavra.

O SR. WALDIR CANAL: É para uma Questão de Ordem, Presidente. Fui citado pelo Ver. João Antonio Dib. Não quero entrar em um embate, não vou entrar na polêmica, respeito o juízo de valor do Vereador, apesar de não concordar. Quero dizer a ele que não li as 1.900 páginas, mas não é preciso lê-las, porque estão aqui os cinco fatos que ensejaram a CPI, e as informações são públicas para quem quiser saber. Então, eu quero dizer que, apesar do recalque do Vereador pelo fato de o seu candidato não conseguir vencer, mantenho-me de maneira isenta enquanto os meus colegas me quiserem na CPI. Respeito a opinião de um, de dois, da maioria, mas não aceito ofensas à minha honra, à minha pessoa. Ele que vá conhecer o meu currículo para depois falar alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): Não é Questão de Ordem, mas está feito o registro.

O Ver. João Antonio Dib está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, às vezes tenho que rir nesta Casa. Não falei contra a honra de ninguém e nunca faria isso. Até o Relator deveria receber como elogio o que disse, que ele conseguiu ler contradições, e o outro Vereador não conseguiu ler a 1.900 páginas. Deveria ficar satisfeito.

Mas, Ver. Mauro Pinheiro, eu quero dizer a V. Exa. que eu não tenho 40 anos de idade. Eu tenho 41 anos de Câmara, 82 anos de idade! Agora, eu estou entristecido com o que ocorre entre os meus Pares! Eu estou partindo da Casa, não faz diferença, não vou mudar ninguém, mas eu já dei a todos os dados e vou dar de novo. Se alguém quer uma síntese do que aconteceu nos dois convênios do Instituto Ronalzinho, está aqui. Agora, se em duas sessões da Comissão de Educação que duraram mais de quatro horas, e em que 23 Vereadores se apresentaram, inclusive a Presidência, não conseguiram as respostas, até um elogio para o Relator, que se sentiu ofendido. Eu vou retirar o elogio. Retirei.

Mas aqui está. (Mostra os documentos dos convênios.) Eu quero ver quem vem buscar a história dos dois convênios do Instituto Ronalzinho. E quero ver também quem é que vai chamar - se é que já leram tudo - as quatro grandes empresas que, junto com o Instituto Ronalzinho, assinaram o documento.

O Executivo não está preocupado. Quando o Executivo lançou as explicações todas aqui, condensadas, elas deveriam ser lidas, deveriam ser examinadas, mas ninguém estava interessado. E eu estou dando de novo. Quem quiser pode vir aqui buscar. Agora, não é meu hábito ofender a honra, a dignidade ou o *curriculum* das personalidades ilustres desta Casa. Não; nem desta Casa, nem de lugar nenhum.

A não ser o Presidente José Sarney, de quem eu falo mal. Este, vocês me desculpem, é o pai da imoralidade, é o pai da corrupção neste País, o pior brasileiro que nasceu. Isto eu já disse muitas vezes. Agora, ninguém me ouviu falar mal de um Vereador desta Casa. Ninguém!

Quanto à competência de chamar, se eu sou o Presidente da Comissão, o Assis estaria aqui na quinta-feira. Podem ter certeza disto: se eu sou o Presidente da Comissão, o Assis estaria aqui na quinta-feira! Até porque a solicitação do Ver. Pedro Ruas era para impedir que ele saísse do País. E eu traria ele aqui. Agora, vão trazer a mãe dele. Eu só li no jornal Correio do Povo, eu não inventei nada! Agora, está à disposição dos senhores, ilustrados Vereadores, a síntese dos dois convênios. Quem quiser, por favor, dirija-se a esta Mesa e vai receber. Se precisar tirar mais cópias, tiro mais cópias.

Eu não brinco de Vereador, eu sou Vereador o tempo todo. Quando o Executivo erra, eu também me dirijo ao Executivo. Eu já disse a V. Exa, sem querer ofendê-lo, que tendo sido Diretor do DMAE, se encontrasse falha lá, que avisasse o DMAE, porque aprendeu lá e lá deixou um pedaço de seu coração - eu tenho certeza disso. É por isso que não falo mal da Secretaria de Transportes, ou da Secretaria de Obras, ou do DMAE, ou da Secretaria do Governo, ou do Prefeito - até porque fui todas essas coisas, então, eu não falo. Mas, em geral, ninguém me ouviu falar mal de alguém, com exceção sobre o José Sarney - José Ribamar de Araújo Costa, vulgo José Sarney; deste eu vou falar mal o resto da vida. Eu não espero que isso seja durante muito tempo, mas, durante o tempo em que eu estiver vivo, eu vou falar mal dele, porque, realmente, tudo que ocorre de mal neste País, hoje - nem vou falar no Lula, nem nas outras coisas, como a Saúde, vou deixar isso de lado -, é reclamar da gestão - como eles gostam de dizer. Mas será que eles tinham gestão? Com gestão, eu teria chamado o Assis de qualquer maneira. Saúde e PAZ!

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. SOFIA CAVEDON (Requerimento): Ver. Todeschini, presidindo os trabalhos - e aproveito também que o Ver. Haroldo, Vice-Presidente, se encontra no plenário -, vejo que há no plenário um movimento dos funcionários de Nível Superior desta Casa, que reivindicam 100% da GIT. Eu gostaria de

solicitar a V. Exa. e à Mesa Diretora que informassem a este Plenário como estão os processos de negociação para o atendimento dessa reivindicação. No ano passado, nós trabalhamos de uma maneira efetiva e elevamos o patamar da GIT a 72%. Mas ainda há uma defasagem de 28% em relação à GIT da Prefeitura. Sabemos que, com a austeridade, eles ficaram vários anos com essa demanda congelada. No ano passado, eles tiveram um ganho muito importante, e havia uma perspectiva de completar neste ano a pequena parcela que ainda falta. Eu sei que a relação Gasto de Pessoal e Receita da Câmara está bastante equilibrada, e eu gostaria de defender a justiça da demanda e, em segundo lugar, solicitar que a Mesa informe este Plenário sobre o andamento das negociações.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): Pois não, Ver.^a Sofia. A matéria aguarda manifestação da Procuradoria quanto ao encaminhamento e à decisão. A matéria já está aprovada, mas está aguardando a manifestação da Procuradoria, para informar aos colegas servidores sobre o assunto.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Ver. Todeschini, se entendi direito, há uma aprovação dos 100%. Apenas o que se discute é o período, se é legal ou não a incorporação neste momento? Só para ficar claro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): Está sendo procedida à análise, aguardamos a manifestação da Procuradoria.

O Ver. DJ Cassiá está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. DJ CASSIÁ: Sr. Presidente, Ver. Carlos Todeschini; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; servidores desta Casa, pelos seus direitos é justo que reivindiquem suas perdas, até mesmo porque, se os senhores e as senhoras pararem, esta Casa para, a Cidade para.

Ver. João Antônio Dib, não é este o assunto que eu vou abordar, mas quero só dar aqui um toque: eu acredito, Ver. José, e é o que vai acontecer e é no que a Comissão Parlamentar de Inquérito vai trabalhar, que não vão fazer desta CPI

uma CPI da bandeira política, porque daí não estará valendo. Não estará valendo, ou melhor, vai estar valendo aos interesses de cada bandeira política, de cada um que defende o seu Partido. A minha convicção é muito certa de que o Ver. Canal terá, com certeza, a posição mais certa, que é aquela de buscar a verdade. Eu não tenho dúvida disso, não tenho dúvida.

Eu não vou discutir a questão da CPI, até porque eu precisaria de muito mais tempo para isso; mas eu quero, Ver.^a Sofia, dizer que, no final do ano, nós aprovamos um Projeto de Lei, nesta Casa, que dava o desconto da meia-entrada, um benefício ao jovem, ao estudante, porque a Lei que nós tínhamos, Ver. Tarciso, só dava desconto para grandes espetáculos, quando tinha acima de um, dois, três grandes espetáculos. E a nossa Cidade não comporta isso; então, jamais ia ter o desconto da meia-entrada, como nunca teve! Existia uma Lei que não dava o desconto!

Então, esta Casa, no final do ano, aprovou o Projeto de Lei deste Vereador - apoiado pelos 36 Vereadores, sancionado pelo Prefeito -, que dá o desconto de 20% na meia-entrada. Então, a senhora, o senhor que, neste momento, está me assistindo pela TV, reivindique os seus direitos! Tem uma Lei, e quem faz os grandes espetáculos tem de cumprir a Lei!

Ah, meu grande irmão! Uma saudação aí ao Luizinho, meu Secretário da Juventude!

O Procon tem de acompanhar, Ver. Adeli! O papel do Procon é acompanhar! E quero dizer ao senhor, que vi dar uma entrevista na televisão sobre o *show* da Madonna, que é um absurdo: eles não querem dar o desconto, mas é Lei, tem de dar o desconto! E eu vi a entrevista de um representante do Procon, na Record, no sábado, dizendo que tem uma Lei que assegura 10% aos domingos. Eu quero comunicar o senhor que não é 10%, não! É 20%, pode ser domingo, segunda, terça, quarta, quinta, sexta ou sábado! E a Lei tem de ser cumprida! Cumprida! Pelo que eu vejo, tem gente que não gosta e vira as costas para aquilo que se aprova.

Agora, o senhor e a senhora, o jovem que é estudante, é um direito seu, um direito que os 36 Vereadores desta Casa deram a você, jovem estudante. Reivindique os 20% de desconto! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mauro Zacher assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Sr. Presidente; Srs. Vereadores; Sras. Vereadoras, eu faço uma saudação ao público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara, e especial saudação ao Secretário Luizinho. Eu falo em nome da Bancada do PDT – Ver. João Bosco Vaz, Ver. Thiago Duarte, Ver. Mauro Zacher e este Vereador. Inclusive, já aproveitando a presença do Secretário, eu gostaria de fazer uma pequena menção, uma observação e uma manifestação de indignação, ao mesmo tempo expressando a solidariedade do nosso Partido às famílias dos 77 jovens que foram assassinados na Noruega, no ano passado. E, na semana passada, no dia 17, nós acompanhamos o julgamento do assassino Anders Behring Breivik. A maioria menores de 20 anos, da Juventude Trabalhista, do Partido Trabalhista da Grã-Bretanha, e nós percebemos a sua frieza, a maneira como o assassino entrou no julgamento, assumindo a responsabilidade pelo atentado. Ao mesmo tempo, demonstrou-se imperturbável durante toda a Sessão, e foi algo que nos deixou perplexos. Eu quero dizer que, no ano passado, durante a realização do encontro do Comitê Americano da Internacional Socialista, o nosso companheiro, Deputado Vieira da Cunha, pretendia fazer uma ação de solidariedade ao Presidente da Juventude Trabalhista inglês, mas ele não pode vir. Foram 77 vítimas, todos eles jovens, que estavam num encontro de juventude do Partido Trabalhista inglês, filiado à Internacional Socialista, que é uma agremiação internacional da qual o nosso Partido também participa. Isso, realmente, consterna todos nós. Então, na semana passada, foi o primeiro julgamento, primeira sessão; deve levar em torno de seis meses ainda a tramitação do julgamento, mas nós queremos aqui externar a nossa contrariedade e a nossa indignação a essa postura que não é mais aceitável em tempos de democracia. Infelizmente, acompanhamos, no ano passado, perplexos, isso tudo que aconteceu na ilha de Utoya, na Noruega.

Eu gostaria de aproveitar esse período de Liderança aqui para dizer que, durante o período que respondi pela Secretaria do Planejamento, por força de lei, o Plano Diretor remete a responsabilidade de presidir o Conselho do Plano Diretor ao Secretário do Planejamento. Então, toda terça-feira, se reúne o Conselho do Plano Diretor, de maneira ordinária, na Secretaria do Planejamento, e avalia os projetos de maior impacto, de grau 1, 2 e 3 no Município, que são aqueles através quais se estrutura a Cidade a partir de ações e medidas mitigatórias e compensatórias. Eu quero dizer que os projetos de grau 1 são aqueles de menor impacto, desde a construção de uma creche, que tem o seu impacto viário, que carece de uma sinaleira para as crianças atravessarem a rua, de uma faixa de trânsito, de uma área para estabelecimento de uma autoescola. Um projeto de grau 2 tem um impacto maior: é aquele de um *shopping center*, que tem toda uma complexidade de transporte coletivo, de duplicações de vias, cujo exemplo mais recente é o das compensatórias do BarraShopping. No 3º grau, encontramos as operações urbanas consorciadas - a exemplo do que foi aprovado aqui, em 2009, a da Lomba do Pinheiro.

No Conselho do Plano Diretor, temos uma representação tripartite. O Conselho é renovado de dois em dois anos; nós tivemos a oportunidade de acompanhar duas eleições, onde são eleitos os representantes das regiões de planejamento e das entidades da sociedade civil organizada, bem como a representação governamental, que tem, na UFGRS, a representação da União; na Metroplan, a representação do Estado; e, nas demais, órgãos do Município.

Esse trabalho ocorre através de audiências públicas - portanto todos são convidados a participar -, de maneira ordinária, todas as terças-feiras, com decisões muito relevantes e importantes para a Cidade. Então, eu acho oportuno divulgar a quem quiser participar dessas atividades. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. NELCIR TESSARO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu quero cumprimentar os servidores da Casa e dizer que somos partidários dos 100% já. Eu acho que a GIT tem que ser dada e tem que ser agora. Aproveitar agora, porque não se pode esperar muito tempo para fazer com o que esta Casa já decidiu seja cumprido. Eu acredito que a Presidência, a Mesa Diretora deverá, nos próximos dias, atender à reivindicação, que é justa.

Mas venho a esta tribuna, meus colegas Vereadores - quero agradecer ao Ver. Tarciso a cedência do seu tempo - para fazer a minha manifestação sobre o que venho dizendo há cerca de 60, 90 dias. Eu alertei esta Casa, pois, quando estava designado como Prefeito, fui ao lançamento das obras do Túnel da Conceição, Ver. Adeli Sell. Fui ao lançamento verificar, realmente, o que ia se fazer naquele túnel, Ver. Idenir Cecchim. Sempre imaginei que íamos ter um túnel igual àqueles do Rio de Janeiro, nos quais se colocam as lajotas - quem entende muito bem de construção sabe -, os basaltos, para que pudesse ficar adequado. Sempre alertei que o túnel praticamente não foi reformado. Fiz esse alerta.

Nesta sexta-feira, um grande jornal de circulação do Estado do Rio Grande do Sul e do País colocou, em uma matéria, que o Túnel da Conceição ainda apresentava problema de infiltração. Está nas páginas dos jornais de sexta-feira para quem quiser ver.

Eu vinha sempre alertando, porque sempre acompanhei aquela obra. Esses dias eu fui caminhar por lá, andei com meu carro em um dia de chuva, e comecei a ver poças d'água. O meu carro começou a trepidar. Eu pensei: mas, se essa pista tivesse sido concertada, não era justo que estivesse daquela maneira. Nós tínhamos que ter ali uma pista para que, realmente, se pudesse entrar e sair do túnel da Conceição com segurança, porque tem uma curva dentro do túnel. Lamentavelmente, com os R\$ 3,8 milhões gastos para uma revitalização, para reforma do túnel, não sei o que foi feito de reforma. A infiltração na parede, do lado direito de quem vai, está ali para quem quiser ir lá ver.

Ver. Alceu Brasinha, vale a pena o senhor verificar o prédio que fica ao lado da Igreja, na Av. Independência - o senhor conhece bem os veículos e material de construção também -, e ver que material foi colocado lá. Ou não houve

fiscalização da Prefeitura, ou o material colocado naquele local foi de péssima qualidade, porque não resistir um ano sequer da sua inauguração, da sua entrega? E diziam que agora o Túnel estava revitalizado, reformado! Por favor, Srs. Vereadores, acho que temos que fazer uma comissão para verificar aquela obra.

Quem sabe, o nosso Tribunal de Contas, que é competentíssimo quando vem à Câmara de Vereadores, nos seus pareceres - acho que o Tribunal de Contas fiscaliza muito bem todos os Executivos, inclusive trabalhei lá durante dois anos -, tem que, urgentemente, fazer uma inspeção. O Tribunal de Contas tem engenheiros capacitados para fazer uma inspeção técnica no contrato para saber se lá havia alguma coisa oculta, porque houve um aditamento ao contrato de 25%: logo a seguir da contratação, houve um aditivo de R\$ 500 mil à primeira parte; depois mais outro aditivo. Vem cá, será que havia alguma coisa escondida? Ou, agora, justamente as que poderiam estar escondidas não foram verificadas: as infiltrações e as rachaduras que estão ocorrendo na lateral do nosso túnel.

Se trabalharmos com as obras da Copa desta maneira, Ver. Ferronato, de contratar e não fiscalizar a execução, não sei qual a qualidade que teremos nas obras em Porto Alegre. Já me preocupo com o asfaltamento; ele não dura, porque chove aqui em Porto Alegre! Só chove em Porto Alegre, e, em Porto Alegre, quando chove, estraga todo o asfalto. Na *freeway* chove, não estraga; aqui na entrada da Cidade, a Av. Castelo Branco, não estraga, mas, em Porto Alegre, quando chove, estraga. Por quê? A chuva, aqui dentro de Porto Alegre, é chuva ácida, ela come o asfalto – isso é o que quero dizer.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. AIRTO FERRONATO: Sr. Presidente; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; senhoras e senhores presentes, eu vou falar agora em Liderança por cinco minutos e vou abrir mão, depois, de um espaço de 15 minutos para falar; então, tenho de ganhar tempo. O meu assunto, Ver. Adeli...

(Aparte antirregimental do Ver Adeli Sell.)

O SR. AIRTO FERRONATO: Não, não, não, V. Exa. tem todo o direito e deve falar. O meu assunto trata da defesa da importância do trabalho que vem se realizando relativamente à Comissão Especial de Acompanhamento e Apoio à Copa do Mundo de Futebol de 2014. Quero registrar que já fiz um alerta e não fui ouvido. Esta minha mensagem vai muito ao amigo Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, Ver. Mauro Pinheiro. Às quintas-feiras, temos reuniões da Comissão da Copa, a partir das 10h – o Ver. Paulinho Rubem Berta é testemunha disso, sempre esteve presente. As reuniões tiveram um fluxo de pessoas da comunidade bastante grande, com uma audiência, presença e participação de Vereadores bem significativas.

Na quinta-feira passada, com a instalação da CPI, tivemos a presença de apenas e tão somente um Vereador na nossa reunião, que foi o Ver. Tarciso. É verdade, concordo plenamente, foi justificada a presença, um dia ou dois antes, do Vereador, sempre Secretário, João Bosco Vaz.

Precisamos organizar, meu Presidente, os eventos aqui da Câmara. Não é possível criarmos uma Comissão para esvaziar outra. Sei que isso não é a intenção de ninguém; agora, se continuarmos a CPI às 10h, nas quintas-feiras, teremos que parar com a nossa Comissão Especial de Acompanhamento e Apoio à Copa do Mundo de Futebol de 2014. Vou me insurgir com isso porque tenho absoluta consciência - assinei a CPI e pretendo participar da CPI – de que a nossa Comissão, Ver. Tarciso, também presta relevantes serviços à nossa sociedade de Porto Alegre. Não é possível, não vou admitir, não quero que a nossa Comissão seja jogada para escanteio. Não vou querer, não vou admitir, não posso, sob pena de estar desrespeitando os Vereadores que conosco estão desde o primeiro dia. Nós vamos ter que estudar esses horários da Comissão, ou fizemos em dias intercalado. “Agora, a minha a minha Comissão é a melhor de todas, esta tem o direito de levar todas de roldão.” Não vou admitir, está errado. Eu tenho o dever, meu caro amigo Mauro, de defender a Comissão que eu presido e que conta com a presença dos colegas desde o primeiro dia. O exemplo aconteceu na última, Ver. Tarciso, uma

justificativa e uma presença, e a Casa cheia. Vamos organizar melhor os eventos internos. Um abraço e obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Sebastião Melo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. SEBASTIÃO MELO: Prezado Presidente Mauro; meus colegas Vereadores, quero agradecer ao meu Líder Idenir a cedência do espaço. Eu quero aqui, em meu nome e em nome da Comissão que eu presido, mas creio também que em nome do Presidente da Casa, estender um convite para um belíssimo debate que esta Casa vai inaugurar amanhã, Ver. Idenir - V. Exa. é parte desse processo como Presidente da Escola.

A vida em cidades é muito complexa e o cotidiano da vida das cidades é também muito complexo. Nós estamos trazendo aqui nada mais, nada menos de que o Professor Roberto DaMatta.

O Roberto DaMatta, Dr. Goulart - e V. Exa. Já acenou positivamente -, que já talvez seja um dos mais extraordinários antropólogos não só do Brasil, que discute comportamentos humanos. Amanhã, às 19h, nós vamos aqui fazer o lançamento da Comissão Especial de Revisão do Código de Posturas, com uma palestra magna. Sei que os Vereadores têm vários compromissos - que bom que seja assim -, mas acho que é uma oportunidade para as assessorias também participarem; então eu queria reforçar o convite, em nome do Presidente Mauro Zacher. Faça-se justiça, Presidente, V. Exa., ao tomar posse nesta Casa, aqui nesta tribuna, alinhavou alguns desejos da sua presidência: um deles é a revisão do Código de Posturas, que é uma Lei de 1975, ultrapassada e que não condiz com a recepcionalidade da Constituição de 1988, é uma Lei cujas multas estão defasadas, é uma Lei que não consegue abranger comportamentos humanos do século XXI. Então, eu quero cumprimentar V. Exa. e espero, na presidência dos trabalhos, com a colaboração da vice-presidência do Ver. Comassetto, com a relatoria-geral da Ver.^a Maria Celeste e com a sub-relatoria do Ver. Tessaro, que nós possamos entregar, num prazo de 90 dias, um pré-projeto, que, depois, será discutido

com toda a sociedade, e a próxima Legislatura, quem sabe, poderá fazer a votação final desse tema tão importante, que é revisar não só o Código de Posturas, mas todas as leis atinentes a esta matéria.

Por final, eu quero dizer que nós somos representados na CPI pelo nosso colega Ver. Professor Garcia. Eu quero dar uma opinião. Acho que CPI é um direito da minoria, eu não assinei a CPI, não vou assinar, ela saiu, porque a minoria constituiu, e assim é a regra do jogo, mas não é porque a minoria constituiu que a maioria dela não vai participar, agora, eu queria deixar uma reflexão para vocês: eu não sou um brilhante advogado, eu sou um mediano advogado, sou um cara que militou muitos anos, tem gente com mais experiência que eu, mas acho que é um equívoco convocar uma pessoa, como o Assis, no início da CPI, já que os documentos não foram nem digitalizados. Sinceramente, Ver. Dib, V. Exa., que é o Líder do Governo, eu acho que, para convocar o responsável do Instituto, os Vereadores já teriam que ter lido, relido, ouvido outras pessoas, feito diligências e, aí, no final, apresentar as contradições. Cá para nós, toda CPI é política, não vamos tapar o sol com a peneira grossa, e essa daqui não vai ser diferente. O Tarso Genro assinou um convênio, o Fogaça assinou um convênio; pois bem, os Prefeitos, os Ministros, os Governadores assinam convênios todos os dias, e, se tem problema, com certeza não é nem com o Tarso e nem com o Fogaça. Então, fica aqui a minha contribuição, Presidente. Eu sei que a Comissão tem um competente Presidente, tem um competente Relator, mas, sinceramente, acho que a convocação tem que ser feita mais no andar da carruagem, qual seja, quando a CPI for se apropriando, se apropriando, e aí se faz um questionamento: “O senhor está dizendo isso, mas o documento diz isso; o senhor está dizendo isso, mas o depoimento diz aquilo”.

Então, eu reforço, aqui, mais uma vez, que queremos contar com todos os senhores e as senhoras nessa grande palestra, e depois teremos mais sete debates. A Mesa, amanhã, será presidida pelo ex-Deputado Marcos Rolim, a palestra começa às 19h, vamos levá-la até às 22h, e tenho certeza absoluta de que o Professor Roberto DaMatta vai contribuir muito para o *start* desta grande e extraordinária caminhada, que é a revisão do Código de Posturas do Município. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN (Requerimento): Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um Requerimento e, logo em seguida, o encaminhamento por escrito, em consideração à fala do Ver. Sebastião Melo. Eu, infelizmente, assim como uma série de outros Vereadores, teremos, amanhã, um compromisso que acabou coincidindo com essa palestra que, de fato, é imperdível. Eu não gostaria de perdê-la, mas, em não podendo estar presente - e, infelizmente, não tendo ainda o dom da onipresença -, eu requeiro a Vossa Excelência, e acredito que requeiro em nome de outros Vereadores, a cópia da filmagem.

Estou requerendo, em primeiro lugar, que a Casa faça a filmagem da palestra, e em segundo lugar, que a Casa, a Mesa autorize a distribuição do CD com a palestra do Antropólogo Professor Roberto DaMatta a este Vereador, que está requerendo, e imagino aos outros Vereadores que imaginam também queiram se somar a este Requerimento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Vamos encaminhar para que os Vereadores que não possam participar da palestra tenham o CD gravado. A palestra será ao vivo, é a informação que eu tenho, mas, então, que nós possamos encaminhar aos Vereadores, para que, posteriormente, eles possam assisti-la.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, peço uma especialíssima atenção ao meu pronunciamento e começo mostrando uma matéria de hoje (mostra jornal) que diz (Lê): “Relatório revela por que a maioria dos crimes não é investigada por DPs [Delegacias de Polícias.] Regra em Delegacias de Porto Alegre, segundo um estudo do Ministério Público, é apurar delitos com ‘autoria conhecida’ ou de ‘repercussão na imprensa’”. Esta é a manchete, esta é a informação; de um lado, o emissor; do outro lado, o povo, os que são bombardeados com manchetes.

Quando aconteceu isso daqui? A ideia que passou para as senhoras e para os senhores é de que isto é atualidade. É ou não é? Estou inventando? Não é um bom jornalismo, porque esse problema, meu Líder, vem desde 2010. Quem era o Governo de então? Quem era o Secretário de Segurança de então? Não era o Governador Tarso Genro; não era o Secretário Airton Michels; não era o Dr. Sérgio Abreu o Comandante da Brigada; não era o Dr. Ranolfo Vieira o Chefe de Polícia. Eram outros, Ver. Tessaro! Eram outros! Por que essa manchete sem a data? Começou a campanha eleitoral de 2014! Onde está o Tribunal Regional Eleitoral? Ah, mas, se nós colocarmos qualquer coisa no Twitter, podemos ser multados, podemos ser cassados.

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

O SR. ADELI SELL: É verdade! Isso aqui é política eleitoral de 2014! A eleição foi antecipada.

Quem quer fazer Partido político que se inscreva no Tribunal Regional Eleitoral ou faça mídia como se faz nos Estados Unidos.

Eu sei que, aqui em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, no Brasil, não é muito diferente: quando se dizem certas coisas, a gente vai para a geladeira. Eu não tenho medo de geladeira, não tenho medo de *freezer*, porque aqueles que defenderam a liberdade na União Soviética foram para a Sibéria. Eu bebi na fonte daqueles que se opuseram ao stalinismo, e não será aqui, num país democrático, com Dilma Presidente da República, que eu vou me calar ou que alguém me faça ter medo de dizer a verdade. Não posso aceitar, não podemos aceitar essa questão!

Nós queremos saber, Ver. DJ Cassiá, como será o processo eleitoral e a sua fiscalização em 2012. Eu, como Presidente Municipal do Partido dos Trabalhadores - e tenho orgulho de ter sido um dos seus fundadores -, fui ao Tribunal Regional Eleitoral dizer que, se depender do PT de Porto Alegre, do seu Presidente, Adeli Sell, será uma eleição civilizada. Será como estou fazendo aqui: falando alto, claramente, explicitamente, sem subterfúgios, sem mentiras, sem agressões. Nós queremos as coisas assim, Fernanda Melchionna.

Vamos ter divergências, vamos nos chocar, em algum momento, em termos de ideais, Ver. Nagelstein; não tenha dúvida, mas vamos fazer um debate respeitoso, claro, transparente, sem esconder as nossas reais posições. Um jornal, a mídia, tem que zelar pela verdade. Nós temos panfletos em nível nacional, em nível local que já estão fazendo política partidária. Isso é questão dos Partidos políticos. Viva a democracia! Viva a liberdade de imprensa pela verdade! (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Engenheiro Comassetto está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Airto Ferronato.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; colegas Vereadores; Vereadoras; senhoras e senhores, primeiro, quero agradecer ao meu colega Ver. Airto Ferronato a cedência de tempo no período de Comunicações.

Quero dizer nesta fala, em Comunicações, que, mais uma vez, está sendo divulgada uma pesquisa de aprovação da nossa Presidenta da República, e, entre todos os índices positivos, ela alcança, nada mais, nada menos que do 93% de aprovação da sociedade brasileira. E essa aprovação não se dá por acaso; essa aprovação é resultado de uma política - e tenho a honra de falar, de estar na Liderança do meu Partido, o Partido dos Trabalhadores - que vem sendo construída há 32 anos, a vida do nosso Partido. Nesses 32 anos, chegamos à Presidência da República com o Presidente Lula. E antes da primeira eleição, antes de conseguir ser eleito pela primeira vez, melhor dizendo - porque ele concorreu várias vezes, várias vozes - várias correntes políticas, com a visão conservadora e defensora do neoliberalismo, sempre diziam que o Brasil não daria certo e que o Presidente Lula era um metalúrgico que não conseguiria governar o País. Pois então, ele não só governou o País como reorientou, colocou o Brasil nos eixos, na sua relação internacional, na construção de uma política interna, na orientação de um processo econômico em que o consumo interno, a geração e a distribuição de renda estão no

centro. E a Presidenta Dilma vem dando continuidade a essa agenda! E não só isso; na semana passada, eu tive o prazer de participar - como já anunciei aqui, nesta tribuna - de mais um ato que a Presidenta Dilma tornou público, que foi o Minha Casa, Minha Vida 2 para cidades com até 50 mil habitantes, destinando mais R\$ 2,8 bilhões para construção da habitação, além de todo o projeto já desenvolvido até então. E amanhã estará anunciando um outro Projeto, um outro Programa, que é o Sistema de Mobilidade para cidades Brasileiras, e Porto Alegre está nessa agenda.

E aqui eu quero fazer um registro, inclusive para o debate desta Casa: de que o Projeto da Mobilidade Urbana, no caso dos metrô e do metrô para Porto Alegre, a proposta construída é uma PPP, ou seja, uma parceria com iniciativa privada. E o princípio da PPP não é dar o dinheiro público antes para construir, e depois receber. É o contrário! Faz-se o contrato com a empresa, ela constrói, presta contas da obra e recebe o recurso público. Portanto, Ver. Cecchim, uma agenda está sendo colocada neste momento para Porto Alegre, e em Porto Alegre está invertida! A decisão de um Programa, Parceria Público-Privada, significa um contrato com a empresa pública, a apresentação, aprovação do Projeto, execução da obra e liberação do recurso. Portanto, o recurso não pode vir antes da liberação da obra! Então, nós não podemos aqui falsear o debate. E esse é o Programa que está colocado em nível nacional, inclusive da Mobilidade Urbana que, amanhã, será lançado. E Porto Alegre é uma das cidades que está e será muito bem beneficiada.

Registro isso, porque nós temos, sim, com o PT, uma base de sustentação, onde está o PMDB, o PDT, o PTB, e essa é uma agenda de coalizão que constrói o Brasil.

Quero registrar isso e dizer que venho aqui com a satisfação em registrar os 93% de aprovação da nossa Presidenta Dilma em todos os cantos do Brasil.

Um grande abraço. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra em Comunicações.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, realmente, João Bosco, quando o Ver. Mauro Pinheiro sobe nesta tribuna, começo a pensar se ele não está na profissão errada. Por que ele não é um delegado de polícia? Poderia fazer um curso para ser advogado, mais um ano e meio para ser delegado de polícia. Para investigar, meu amigo, tem que ter competência! Não tenho nada contra o Mauro, aliás, é meu amigo. Vou dizer, Mauro, que estou te estranhando! Tu eras o meu colega que me ajudava a bater nos grandes, no Carrefour, no Walmart, e tu não falas mais! Tu só falas no Ronaldinho! Fico pensando: será que o Mauro abandonou essa luta contra os grandes, o Carrefour, o BIG? Será que o Ver. Elias Vidal tem condições de investigar o Roberto Assis Moreira? O rapaz é rápido! E volto a dizer: se vocês convocarem, duvido que ele venha aqui na quinta-feira! Duvido! Eu conheço bem aquela...

Ver. João Bosco, parece que o meu querido Ver. Nelcir Tessaro, definitivamente, entrou para a oposição, definitivamente! Agora ele está batendo no túnel! Eu confesso, estive lá e não enxerguei nada de errado no túnel. Nada! Claro, eu sei do bom trabalho que o Ver. Nelcir Tessaro presta a esta Casa e a esta Cidade, mas, também, a gente não pode atirar pedra onde não se deve! Hoje pode ser um telhado; amanhã, pode ser outro!

Quero dizer que eu fico pensando aqui: os Vereadores da oposição um pouco atiram no DEMHAB, Ver. Humberto Goulart - e tenho muito orgulho do trabalho que o senhor fez lá no DEMHAB, e o Secretário Dusso também está trabalhando muito. Muito mesmo! Um Secretário que atende, que dá resposta imediata. Vou dizer um detalhe, Vereador Humberto Goulart: fico muito feliz que o Dusso dê esse atendimento; atende muito bem.

E também venho a esta tribuna agradecer aos Secretários que trabalham pela Cidade. Eu não fico, como a Ver.^a Sofia Cavedon, incentivando os focos de lixo. Ela incentiva! Eu fico tentando acabar, tentando fazer uma parceria com as pessoas que querem ver a Cidade limpa. E mais ainda: se a Vereadora é valente, tem que ir lá e denunciar quem joga lixo no lugar errado. Eu denuncio! Não tenho medo, vou lá, denuncio e peço ao DMLU para notificar o cidadão que largou o lixo errado. Tem que fazer! Eu faço! Eu peço notificação, porque tem que ser assim.

Meu amigo Mauro Pinheiro, a gente não pode viver fechando as vistas como eu vi várias batidas no DMLU, várias pessoas “atirando pedras” no Secretário. O Vicente tem trabalhando bastante pela Cidade, e vocês não reconhecem. Não reconhecem! Nunca falam uma coisa de bom que os Secretários tenham feito nesta Cidade. O que esses caras fazem? O que eles fazem? Eles limpam a Cidade! Fazem bem! A SMAM faz um trabalho bonito. O Secretário Luiz Fernando Záchia é um Secretário que, quando a gente chama, ele dá a resposta imediatamente, Ver. Idenir Cecchim. Eu só tenho orgulho desses Secretários que trabalham e me ajudam muito a cuidar a cidade de Porto Alegre, junto com o Prefeito. O Prefeito que quer cuidar a Cidade é o Prefeito Fortunati; ele se mostra sempre à disposição do povo.

O Sr. Idenir Cecchim: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Brasinha, eu queria ajudar um pouquinho V. Exa., e até não tenho procuração do Ver. Mauro Pinheiro, mas entendo por que ele não fala do lixo: é que ele deve estar se lembrando do companheiro Campani, que foi condenado a devolver R\$ 2 milhões e até agora não conseguiu.

O SR. ALCEU BRASINHA: Não devolveu?

O Sr. Idenir Cecchim: Não.

O SR. ALCEU BRASINHA: Nossa Senhora! É isso que eu digo: olhem para trás! Olhem para trás! Vejam o que fizeram nos 16 anos! Vejam a Cidade como era, Ver. João Bosco Vaz: parecia com o Grêmio, quando o Grêmio não tinha nem talão de cheque. Era assim! Parece com o Grêmio. Assim era a Prefeitura quando o José Fogaça assumiu. Assumiu e colocou em dia as finanças da Prefeitura de Porto Alegre. A Prefeitura estava sucateada. A SMOV não existia, o DMLU não existia, o DEP não existia, só tinha o DMAE funcionando, porque o Todeschini é um cara competente e trabalhou muito bem lá; fez muito asfalto também, não é, Vereador? Quero dar parabéns pelo seu trabalho, não acho nada de errado o que o senhor fez.

Quero dizer que, amanhã, haverá coisas boas acontecendo em Porto Alegre - graças ao Fortunati que fez essa parceria com o Grupo Zaffari. Amanhã será inaugurado o Zaffari Bourbon. E aí tem aquela Av. Grécia, uma avenida que vai desafogar o trânsito para os lados da Av. Assis Brasil. Isso, sim, é um grupo que colabora com a Cidade, não são esses grandões como o Carrefour ou o Walmart, que vêm lá do outro lado do mundo para quebrar os pequenos... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (MAURO ZACHER): O Ver. José Freitas está com a palavra em Comunicações.

O SR. JOSÉ FREITAS: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; público que nos assiste, o Ver. Brasinha tocou em uma ferida que eu quero trazer a esta tribuna, e penso que, se nós trouxermos todos os dias para a tribuna esse assunto em relação ao lixo, acho que é pouco ainda.

Saiu uma matéria sobre o DMLU, não quero aqui, de forma alguma, falar mal do DMLU porque concordo com V. Exa. que faz um bom trabalho. O que se precisa é de educação do povo. Eu estive na Restinga, na Rua Vale do Salso, direcionei a minha máquina para a senhora com um carrinho de mão para ver se a intimidava, ela não se intimidou. Também, na Rua Idelfonso Pinto, no bairro Santa Tereza, um cidadão com um carrinho de mão traz o estrume do seu cavalo e bota na calçada, num foco de lixo.

Eu quero sugerir, e compro essa briga junto com o DMLU, seja com quem for, que se façam campanhas. A minha preocupação é que vem uma Copa pela frente, e há lugares por onde eu passo que eu fico com vergonha de morar em Porto Alegre. Fico com vergonha! E o nosso ônibus de turismo passa pelos focos de lixo também. Então, não só nós, cidadãos porto-alegrenses; os turistas também estão vendo esses focos de lixo.

O Sr. Valter Nagelstein: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. José Freitas, o senhor toca num ponto muito importante e que nós temos

que repetir à exaustão. Eu só quero iluminar um exemplo de alguns cidadãos porto-alegrenses que ontem, domingo, pela manhã, voluntariamente foram ali para frente do Museu Iberê Camargo – eu passei ali – e recolheram mais de uma tonelada de lixo. E um exemplo de como a Prefeitura também contribui com isso: às 13h, conforme havia sido combinado com o DMLU, o caminhão do lixo parou lá e recolheu todo o lixo que tinha sido buscado nas margens do rio por esses voluntários. Então, eu o cumprimento. Nós temos que gizar e aplaudir o exemplo desses voluntários, pedindo que mais e mais pessoas façam isso. Num outro extremo, infelizmente, hoje, quando eu saí de casa pela Rua La Plata e entrei na Avenida Ipiranga, encontrei uns 15 pneus, para-choques, calça e material de obra jogados ali, à noite provavelmente, por pessoas irresponsáveis que todos os dias fazem isso na nossa Cidade.

O Sr. Alceu Brasinha: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereador, realmente eu fico feliz que V. Exa. tenha o mesmo pensamento que eu. Na Rua Morro Alto, tinha um foco de lixo muito grande. Eu fiz uma parceria com o DMLU, com os moradores, os moradores foram lá, e nós pedimos a gentileza de não botarem mais lixo, que as pessoas ajudassem. O DMLU retirou 27 caminhões de lixo de lá. Nós fizemos uma parceria com os moradores da comunidade, botamos uma placa bem grande e pedimos, pelo amor de Deus, para não jogarem lixo lá. Foi atendido. Já faz mais de 15 dias, e não botaram lixo. É assim que se faz. Fizemos uma campanha junto com a comunidade, mas não incentivar as pessoas a largar lixo onde já tem.

O Sr. Paulinho Rubem Berta: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu quero agradecer a V. Exa. o aparte e dizer que, na semana passada, nós estivemos neste plenário, neste microfone, lendo a reportagem que foi manchete no Diário Gaúcho, sobre o arroio da Vila Bom Jesus, de onde o DEP e o DMLU retiraram 60 toneladas de lixo e que, 30 dias após, já estava todo tomado de novo. Então, uma das formas de combater isso é através da educação e através de campanhas, que têm ser feitas nas comunidades e em todo lugar que for necessário.

O SR. JOSÉ FREITAS: A verdade é que, se o caminhão do DMLU passar duas, três vezes por dia, o caminhão vira as costas, e as pessoas já estão jogando lixo.

Eu quero sugerir ao DMLU que faça campanhas exaustivas, panfletagem para educar o nosso povo porto-alegrense, para que não venhamos a viver no meio do lixo.

O Sr. Engenheiro Comassetto: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Prezado Ver. José, eu quero cumprimentá-lo pela sua fala e quero lhe dizer que o processo da coleta seletiva vem sofrendo um retrocesso na cidade de Porto Alegre. Ele não tem aumentado, e, mesmo nos condomínios onde é preciso, ninguém mais separa o lixo. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ FREITAS: Parabéns para a equipe que tirou ontem aproximadamente uma tonelada de lixo, marcando o Dia da Terra, que foi ontem. Eles conseguiram mobilizar, pelas redes sociais, em torno de 50 pessoas. Durante duas horas e trinta minutos, eles retiraram da orla do Guaíba em torno de uma tonelada em um quilômetro só. Parabéns ao advogado Tiago Aquines, o bancário Pedro Los e o professor universitário Jorge Piquê pela iniciativa. Que Deus abençoe a todos!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Bernardino Vendruscolo.

O SR. NELCIR TESSARO: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; Ver. Brasinha, primeiro eu quero dizer duas coisas aqui. O acordo firmado com a Companhia Zaffari foi feito pelo nosso queridíssimo ex-Prefeito José Fogaça, e fez muito bem. Nós participamos na época, estivemos presentes para saudar a abertura da Av. Grécia. Segundo: eu não estou fazendo oposição quando venho a esta tribuna dizer a toda a sociedade gaúcha que tem um problema que compete ao Executivo olhar! É

nossa função de Vereador relatar os problemas, fiscalizar e encaminhar para o Executivo tomar providências. Eu entendo que isso é muito importante, porque não podemos permitir que o Executivo conclua o pagamento – se já não fez – sem exigir da construtora que executou aquela obra que repare o que está acontecendo hoje. O que não pode é o Município gastar novamente para sanar aquele problema de infiltração d'água.

O Sr. Valter Nagelstein: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Muito obrigado, Ver. Tessaro. Eu sou Vereador do Governo, é sabido, mas, mais do que do Governo, eu sou Vereador da Cidade. Eu só quero, com relação à Av. Grécia, dizer que, desde o primeiro momento, nós alertamos. Quem for lá hoje vai ver: a Av. Grécia vai até o muro da empresa Taurus e ali parou. Nós pedimos que não fizesse, porque a Cidade não pode mais perder indústrias, não pode mais perder empregos, são mais de três mil empregos ali na Taurus. E o ato subsequente será abrir a Taurus ao meio, determinar a expulsão da Taurus de Porto Alegre porque não se compreendeu que uma cidade é um organismo vivo, que ela cresce, e que aquilo que estava no Plano Diretor de 50 anos atrás, de repente, pode hoje não mais ser factível ou viável. Então, é um alerta que fica: nós estamos na iminência de perder uma das últimas grandes indústrias localizadas em Porto Alegre e os mais de três mil empregos que ela gera na nossa Cidade. Muito obrigado.

O SR. NELCIR TESSARO: Concordo plenamente com V. Exa., eu acho que tem que haver uma solução, a Taurus não pode sair de Porto Alegre, a Taurus e outras empresas que também estão saindo de Porto Alegre. Ali, próximo à Vila Safira, temos duas grandes empresas que estão indo para Cachoeirinha em função de constantemente haver fiscalização e problemas com o licenciamento ambiental. O proprietário chamou a SMAM e disse: “Me digam o que tenho que fazer que eu faço”, mas nem sequer isso foi feito. Essa fuga de empresas de Porto Alegre, eu sempre alerta, é um problema da nossa burocracia, da nossa máquina enferrujada, da nossa máquina de modelo antigo. Ela tem que ser modernizada e fazer com que as coisas andem mais rápido para evitar o que vem acontecendo. E aconteceu ali, na Av. Grécia, é

um belo acesso, um acesso paralelo à Av. Assis Brasil, mas vai chegar próximo à Av. do Forte e vai ter o grande problema, que é a Taurus ali instalada. Temos que arrumar uma solução, não queremos perder o espaço, mas também precisamos, porque, se vier o metrô para Porto Alegre, Ver. Cecchim, tem que haver vias para poder dar acesso até que se construam, nos corredores de ônibus, os famosos túneis onde será construído o metrô de Porto Alegre.

Eu quero dizer que a função de um Vereador, acho que a gente tem que deixar bem claro... Como o Ver. Valter disse agora, ele é Vereador da cidade de Porto Alegre. Eu não sou Vereador do PSD; eu fui Vereador quando era do PTB, e não era Vereador do PTB, era Vereador da cidade de Porto Alegre. Nós não podemos misturar interesses partidários com a coletividade, com interesses públicos. Os Vereadores devem trazer os problemas, ir lá, fiscalizar as obras que estão andando na Cidade e auxiliar o Executivo! No mínimo, alertar. Agora, se o Executivo não tomar providências, aí o Vereador pode usar o seu tempo, usar a sua maneira de oposição, mas não antes de alertar o Executivo para que ele possa fazer a reparação nas obras de Porto Alegre. A elevada da Conceição também precisa de uma arrumada, já que o túnel... Eu acredito, Ver. Adeli, que o túnel vai ser refeito, que, no mínimo, vão colocar umas pastilhazinhas na lateral para dizer: "Fizemos a reforma e a revitalização do túnel". Coloquem umas pastilhas na lateral. O Ver. Cecchim bem disse: ali na João Pessoa tem, no viaduto, ficou bonita aquela elevada com aquelas pastilhas. Por que não no Túnel da Conceição? Os cabos de energia onde estão as luminárias estão caídos! Caídos! Isso é lamentável. Então, acho que está na hora de o Executivo fazer um acompanhamento nas obras de Porto Alegre. E eu quero fazer uma pergunta para o Executivo: onde estão as 80 mil lâmpadas que foram retiradas da Cidade, na substituição?

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Beto Moesch.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; nesta segunda-feira, para os menos avisados, pode parecer que a Sessão está

um pouquinho morna, mas, na realidade, nós ouvimos aqui alguns pronunciamentos importantes. Ouvi o pronunciamento do Ver. Adeli Sell, acho que é importante que se alerte sobre algumas coisas: campanhas sendo antecipadas, outras já dando como “corridas”, e a eleição ainda não começou. Não começou a eleição municipal. Aliás, já começou; aqui na Câmara, já se nota que começou, mas é natural isso. A do Estado, eu acho que também já começou; antecipada, Ver. Adeli Sell. Eu vejo a Senadora do Rio Grande apoiando a Manuela, a Deputada tendo simpatia pela Senadora e vice-versa, isso é uma coisa natural. Só que, como é que vai explicar para aqueles que tiveram uma vida toda no PCdoB ou uma vida toda no PP, na Arena, no PDS? É difícil explicar! Por isso que as pessoas, ali fora, nos cobram, todos os dias, coerência. Cadê a coerência? Eles nos perguntam, Ver. Haroldo de Souza. Cadê a coerência dos políticos?

Eu vejo, aqui, o Ver. Dib, hoje mesmo, dizendo que só fala mal do José Sarney. Mas nós vimos, na semana, manchetes do ex-Presidente Lula visitando o José Sarney, e com olhares de ternura, porque os dois fizeram uma grande parceria nesta Nação - eles fizeram uma grande parceria! Dizem até que o Sarney viabilizou esse Governo todo - e nós dando explicação para o povo ali fora. Como é que pode isso? Como é que pode?

Aqui, se tem uma CPI do Ronaldinho, e se fala do Ronaldinho, e se fala do Assis, e se fala, e se fala, mas, logo, ali fora, o Cachoeira, aquela baita CPI do Cachoeira! E o ex-Presidente Lula, de novo, apoia, mas vem alguém e já diz que ele só apoia porque está próximo o julgamento do “mensalão”. E vejam bem, o “mensalão” tem políticos de todos os Partidos envolvidos, inclusive do meu. Mas, então, em quem se vai acreditar, Ver.^a Fernanda?

A Sra. Fernanda Melchionna: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Só um parêntese, Ver. Cecchim. O PSOL não tem ninguém envolvido no escândalo do “mensalão” e tem lutado nacionalmente para que seja julgado no Supremo, coisa que o Governo Dilma não quer.

O SR. IDENIR CECCHIM: Eu espero que isso se perpetue, Ver.^a Fernanda.

Mas eu quero dizer que o público, que as pessoas de boa-fé que estão lá na rua continuam não entendendo.

Até pouco tempo, Ver.^a Fernanda, o PCdoB era uma coisa; parecia que, quando o PCdoB falava, falava de dentro de um convento, Ver. Valter. Hoje, em dia, temos quase certeza de que alguns deles falam de dentro da cadeia. Então, pobre povo! Pobre povo brasileiro!

A incoerência de alguns, ou de muitos, dá muito trabalho para a gente!

O Sr. Valter Nagelstein: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu só espero que, amanhã, quando cruzarmos a Av. Grécia, não tenhamos aquela triste lembrança da nova Grécia que V. Exa. nos trouxe aqui no plenário semana passada.

O SR. IDENIR CECCHIM: Bem lembrado: Demóstenes, Protógenes e Diógenes. É um trio que a gente começou a ouvir lá atrás e continua ouvindo. Eu não sei, isso deve ser alguma praga do cavalo de Troia que nos entregaram nos últimos dez anos.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra em Grande Expediente. (Ausente.)

O SR. JOÃO ANTONIO DIB (Requerimento): Sr. Presidente, peço a V. Exa. que consulte o Plenário sobre a possibilidade de nós entrarmos no período de Pauta.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Ver. João Antonio Dib, sua solicitação terá que ser por Requerimento.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Ver. Mauro Zacher, V. Exa. já chamou o primeiro orador do Grande Expediente; portanto, ele já está iniciado. Após o Grande Expediente, avaliamos o Requerimento do Ver. João Antonio Dib - sugiro a V. Exa.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Vereador, como eu sou um dos inscritos no Grande Expediente, não me oponho que se transfira para outro dia, não há problema nenhum.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, o Regimento faculta que possa ser requerido a qualquer momento, como o foi pelo ilustre Ver. João Dib, e que seja submetido, porque a decisão do Plenário é sempre soberana. Se os Vereadores compreenderem que é possível a inversão e votarem favoravelmente ao Requerimento, se faz a inversão, o Plenário é soberano, estabelece o nosso Regimento.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: O Ver. Valter Nagelstein teria razão se o senhor não tivesse já chamado o período de Grande Expediente, mas, como já chamou e convidou o primeiro orador à tribuna, é extemporânea essa possibilidade.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Sr. Presidente, eu vou retirar o Requerimento que fiz. Agora, há um equívoco muito grande que tenha sido chamado o Vereador, que não estava na tribuna; se estivesse, eu não faria o Requerimento, mas eu o retiro.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Está retirado o Requerimento. O Ver. Alceu Brasinha não se encontra no plenário.

O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Presidente, Ver. Mauro Zacher; Sras. Vereadoras; Srs. Vereadores, o que vou falar em Grande Expediente cheguei a

propor que nós pudéssemos falar outro dia, mas a Casa é soberana, e nós vamos cumprir. Eu vou seguir naquele assunto da questão do lixo. Os colegas comentaram também a respeito do recolhimento do lixo nas encostas dos rios e do nosso glorioso Guaíba.

Vou mostrar aqui a Rua Sezefredo Ignácio de Oliveira, na Zona Norte. (Mostra fotografia.) Ver. Paulinho Rubem Berta, V. Exa. conhece essa região; é um arroio a céu aberto. Esse outro é no Cristal, na Av. Chuí (Mostra fotografia.). Sanga da Morte, fica ao lado do BarraShopping Sul, ao lado do BIG. Então é óbvio que, com esses riachos a céu aberto, nós vamos ter, com certeza absoluta, a colocação permanente de lixo nesses riachos, porque a irresponsabilidade é claro que existe, ela não é geral, não é total, mas muitas pessoas jogam lixo na via pública e, conseqüentemente, ele vai acabar parando nesses riachos, que vão levar ao rio, ao nosso estuário Guaíba.

O Sr. Carlos Todeschini: Ver. Bernardino Vendruscolo, é oportuna a discussão desse assunto, e o senhor mostrou o canal da Sanga da Morte, por exemplo, na Av. Chuí, mas que vem da Cruzeiro, da Av. Divisa e de outras grandes vias de movimentação assim como de outros arroios da Zona Norte. O que tem que ser dito é que o canal é assim mesmo, ele é para ficar aberto; os esgotos é que têm que ser tratados, e não é para jogar lixo no canal. Não adianta esconder o canal, com o esgoto e com o lixo que vem pelas bocas de lobo. É isso...

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Eu quero seguir, o senhor permaneça aí. O senhor acha que, com um canal aberto, nós vamos ter a certeza de que as pessoas não vão colocar lixo ali? O que quero dizer é o contrário – é uma provocação sadia que lhe faço: por que não se fecham esses canais? É exatamente nessa linha. Gostaria que o senhor, que foi diretor do DMAE, desse uma explicação técnica, só para que possamos entender.

O Sr. Carlos Todeschini: Fui Diretor do DMAE e do DEP. Não se fecha, porque se tem que facilitar a limpeza, no caso, o desassoreamento; não se fecha, porque isso faz parte da paisagem, a água é sempre um elemento de

enriquecimento paisagístico. Todos os rios dos países desenvolvidos são canalizados, porém a céu aberto, correm no meio das cidades, e a última medida que se deve tomar é fechar galerias ou canais, pois estaríamos escondendo as águas, que são um elemento enobrecedor da Cidade. Portanto, o que deve acontecer, depois de canalizar e antes de canalizar, é que o lixo não deve ser jogado e os esgotos não devem lançados nesses cursos de água, porque isso é o que degrada a Cidade. Agradeço-lhe por ter me concedido aparte.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Obrigado. Faço esta provocação pelo seguinte: porque entendo que, enquanto tivermos, aqui em Porto Alegre e nas cidades de um modo geral, esses valões, esses riachos, canais abertos, neles sempre irão jogar lixo. O próprio lixo que está nas avenidas vai acabar parando lá. E vai aonde? Vai cair, depois, no rio – no Guaíba, no Jacuí, enfim em todos os afluentes do nosso estuário do Guaíba. Claro, o seu é um entendimento que até respeito, mas não sei, sinceramente, Vereador, acho que, com os canais fechados, não teríamos tanto lixo. É claro que vai entrar lixo pelas bocas de lobo, mas trago esta provocação, porque, sinceramente, os anos passam, e nós estamos vendo... Vou mostrar de novo (Mostra fotografias.): olha só, isto aqui... E aqui na R. Sezefredo, as pessoas ainda usam... Este aqui é na Av. Chuí, mas, neste aqui, na R. Sezefredo, as pessoas estão passando e dá para ver ali, inclusive, um carrinho de criança. Olhem só!

Os automóveis seguidamente caem, ocorrendo acidentes. Fica essa provocação! Sinceramente, respeito os seus argumentos, mas é complicado, porque o tempo passa, e estamos com esses canais cheios de poluição, que chega, fatalmente, ao Guaíba e seus afluentes.

O Sr. Paulinho Rubem Berta: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Agradeço a V. Exa. o aparte, e acho que o senhor tem razão, porque, exposto dessa maneira, ele começa acumular lixo no acesso.

Mas Vereador, eu também queria aproveitar a oportunidade para dizer que esse aí, pela foto, é uma maravilha! Vou trazer fotos do arroio da Vila dos Coqueiros, onde há mais de 150 famílias, e, a cada chuva, leva casa, leva

tudo. Um lixo horrível! Fizemos um Câmara na Comunidade lá - quando a Ver.^a Sofia Cavedon era Presidente desta Casa – e viemos de lá entristecidos por causa disso. Agora que existe a área, as casas não saem.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Na sua opinião, qual a solução?

O Sr. Paulinho Rubem Berta: Respeitada a questão técnica, e não sou técnico, mas, se existe uma possibilidade de não haver transtorno com o fechamento, sou a favor do fechamento.

O Sr. Engenheiro Comassetto: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Bernardino, este tema foi muito debatido e continua sendo debatido. Há uma opinião e uma legislação conceituada a respeito dos arroios. Primeiro, temos que chamar isso aí de arroio. Tínhamos um programa, na nossa gestão, que se chamava “Arroio não é valão”. Com o processo de educação ambiental, justamente com as comunidades do entorno, fizemos com que as comunidades se responsabilizassem por manter a guarda daquele arroio limpo. No momento em que se canaliza, é mais ou menos o seguinte: põe a sujeira para baixo do tapete, porque ninguém está vendo, ela fica encoberta.

Vou dar um exemplo...

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Com ele fechado, evidentemente o lixo poderá chegar através da boca de lobo, mas tão somente; mas, do jeito que está hoje, as pessoas param os seus automóveis e descarregam lixo nesses valões abertos. Desculpem, mas eu chamo de valão.

O Sr. Engenheiro Comassetto: Corretíssimo. Mas veja só: o problema não é das águas e dos valões, o problema é da cultura e da falta de uma política que não deixe o lixo chegar aos arroios. Sabemos que a água é bem findável que, se nós não cuidarmos, ela vai se exterminar.

Na Zona Norte, tem um grande canal que se chama Passo da Areia, que tem seis metros por três metros de altura, e, no ano de 1995, teve que se fazer uma

intervenção emergencial, porque ele foi totalmente trancado, justamente porque ele assoreou e, com os materiais que foram jogados ali dentro, ele fica coberto, vai tapando, tapando e, quando vê, estoura.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Entupiu.

O Sr. Engenheiro Comassetto: Entupiu. E diante disso, eu queria registrar que eu tenho a oportunidade de acompanhar, lá no Extremo-Sul da Cidade, e, nesse ano de 2011, de um trecho de cem metros, no inverno, foram retirados sete caminhões de lixo, lixo que estava flutuando a 45 quilômetros do Centro. Então, em cem metros, sete tombadeiras de lixo foram retiradas só do material flutuante, imaginem o que afundou.

A Sra. Sofia Cavedon: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Bernardino, se me permite, eu queria trazer uma outra dimensão, porque tu trazes um problema seriíssimo na Cidade de Porto Alegre, que é o tema dos arroios *versus* lixo e assoreamento. Na sexta-feira, nós estivemos na Zona Norte, na Câmara dos Bairros, e três arroios foram visitados: o arroio Sarandi, o arroio Santo Agostinho e arroio Passo da Mangueira, que eles chamavam de São Francisco, mais junto a Vila Minuano. E o problema é que, quando chove, as casas ficam cheias de lodo, de lixo e de esgoto. Vereador, a Prefeitura, há dois anos, não limpa os arroios, as valas e os valões, não retiram o resíduo de dentro. A combinação da não retirada do lixo das vilas e o assoreamento está causando esta tragédia em Porto Alegre.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Obrigado.

O Sr. Dr. Goulart: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Muito obrigado pelo aparte, querido, grande Ver. Bernardino Vendruscolo. Temos que lembrar que esses veios de água, os arroios, os riachos, os charcos que existem em determinadas regiões fazem parte da grande circulação da terra, como se fossem vasos sanguíneos da terra. Nós lutamos para que as pessoas não comam gordura para o colesterol não entupir os vasos e tocamos material

de lixo e entupimos os arroios. Agora mesmo, nós estamos, eu e o Ver. Paulinho Rubem Berta, trabalhando na Vila dos Coqueiros, onde o arroio Passo das Pedras está completamente assoreado por lixo - o lixo já está nas margens por ali -, e nós queremos transportar essas 50 famílias, o mais breve possível, para a Av. Manoel Elias, que é um projeto antigo do Ver. Paulinho Rubem Berta, que eu tentei viabilizar, em parceria com o Programa Minha Casa, Minha Vida; só que Av. Manoel Elias foi invadida. Estamos demorando a tirar as pessoas de lá.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Obrigado. Eu quero trazer outro assunto, Ver. Paulinho Rubem Berta, V. Exa., que é o Presidente da CUTHAB. Nós, na semana que passou, protocolamos um pedido para a criação de uma Comissão Especial. Pretendemos dialogar com o Executivo sobre as placas de identificação dos logradouros públicos em Porto Alegre.

Gostaria que V. Exa. apreciasse o nosso Requerimento, porque ele fatalmente vai passar pela CUTHAB, para que os componentes desta Comissão deem o Parecer. Nós gostaríamos muito de contar com um Parecer favorável. Não queremos fazer concorrência com a CUTHAB; não é isso, é que a CUTHAB trata de vários assuntos, dentre eles esse também. O nosso objetivo é tratar especificamente da sinalização.

Antes de lhe passar a palavra, quero mostrar a foto de uma placa que está localizada no Aeroporto (Mostra fotografia.) Nesta placa, há as seguintes informações: Aeroporto - Av. Estados - Centro - Canoas. Por incrível que pareça, este "Centro" não é o Centro de Canoas, é o Centro de Porto Alegre. Então, nós precisamos discutir um pouco com as pessoas que trabalham com a identificação dos logradouros e com a sinalização de trânsito, porque nós, que estamos na Cidade, sabemos das necessidades. O nosso objetivo é tão somente contribuir e não fazer crítica. Esse assunto que nós trouxemos aqui, agora, sobre os valões, os veios d'água, enfim, os canais, é apenas para conversarmos, porque é muito fácil, de repente, nós apontarmos esses canais cheios de lixo e tal. Nós sabemos que o problema é educação, mas temos que tentar educar o povo, sem esquecer de buscar outros meios para amenizar essas questões.

Eu então consulto se V. Exa. é a favor de nós criarmos uma Comissão Especial para tratar das sinalizações em Porto Alegre. É muito comum recebermos cobrança das pessoas. Dizem assim: “Vereador, não há placa nesta Cidade; não há placas que identifiquem nome de logradouros, de ruas e avenidas.” Qual é a sua opinião?

O Sr. Paulinho Rubem Berta: Vereador, quero lhe dizer que o senhor tem aqui um parceiro, um colega que quer discutir as questões da Cidade; uma delas é essa. O senhor pode ter certeza de que somaremos força para buscar uma solução que fique bem para a Cidade.

Quero lhe dizer que, amanhã, a CUTHAB estará recebendo, a partir das 14h30min, o pessoal da Vila Minuano para discutir aquele arroio, valão, como queiram chamar, que passa ao lado do BIG da Av. Sertório e que também está saturado também. Estaremos discutindo isso amanhã, que pega, lá na outra ponta, o arroio do Sarandi, também. Somos parceiros, pode ter certeza, vamos conversar.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Está bem. Vereador, a CUTHAB, no ano passado ou retrasado, tratou - era outro colega que presidia, eu acho que era o Ver. Elias e o Ver. Pedro Ruas - daquele assunto da Estação Rodoviária: ter uma cobertura maior para os taxistas e para as pessoas que usam o sistema de transporte com táxi, uma cobertura maior, com instalações hidráulicas e sanitárias.

Quero lembrar a V. Exa. que está em andamento uma licitação no DAER. Eu acho que seria oportuno aproveitarmos esse momento para ver se foi incluído, nas exigências da licitação, esta possibilidade de um melhoramento, ali, com o novo concessionário.

O Sr. Paulinho Rubem Berta: Depois, eu vou pedir para pegar no meu gabinete a resposta que recebemos sobre esse Pedido de Informações que chegou ontem para nós.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para um Requerimento.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA (Requerimento): Sr. Presidente, em nome da Bancada do PSD - composta pelos Vereadores Nelcir Tessaro, Bernardino Vendruscolo e por este Líder que voz fala -, solicito um Pedido de Providências, porque, aqui no painel, está bonito, PSD: Tarciso, Bernardino e Tessaro, mas, no painel que fica na entrada da Câmara, os nossos nomes ainda fazem parte dos Partidos antigos. Solicito que sejam feitas as correções. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Será providenciado, Vereador.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para um Requerimento.

A SRA. SOFIA CAVEDON (Requerimento): Sr. Presidente, esta Vereadora e o Ver. João Antonio Dib solicitam a inversão da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar em Pauta, uma vez que temos dificuldades para a entrarmos na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Haroldo de Souza, o Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon e do Ver. João Antonio Dib. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 16 votos **SIM**; 4 votos **NÃO**.

(O Ver. Haroldo de Souza assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Passamos à

PAUTA

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ADELI SELL: Ver. Haroldo de Souza, na presidência dos trabalhos; colegas Vereadores e Vereadoras; Ver.^a Celeste, Ver.^a Sofia, Ver.^a Fernanda, na Pauta há um Projeto do Ver. Dr. Torelly, suplente de Vereador, que estava na titularidade, mas que, com a volta dos Vereadores, teve que sair, o PLL nº 038/12, que altera o § 4º do art. 8º da Lei nº 8.871, de 4 de janeiro de 2002, que dispõe sobre a condução de animais da espécie canina no Município de Porto Alegre e dá outras providências, alterada pela Lei nº 11.220, de 15 de fevereiro de 2012, dispondo sobre a definição e a dimensão dos espaços destinados à livre circulação e à permanência de cães sem o uso de guia e coleira, em praças e parques públicos municipais cuja dimensão total seja igual ou superior a 10 mil metros quadrados. Isso é matéria do jornal de hoje, essa questão está em debate nos jornais de hoje. Eu não sei por que foi criada, em Porto Alegre, a Secretaria Municipal dos Direitos Animais. Eu acho que a gente gasta muito tempo para falar de animais e pouco se faz na defesa destes. Vamos fazer mais uma lei, mas as carroças continuarão nas ruas, os cachorros continuarão circulando com guia, ou sem guia, pois não há fiscalização. Não adianta mais uma lei se nós não tivermos fiscalização.

E o Dr. Raul Torelly vai mais longe no seu segundo Projeto, o PLL nº 041/12, que institui o Programa Municipal de Albergues do Sistema Único de Saúde. Agora não deu para entender mais nada! Porque albergue é um espaço de atendimento social, e se for naquela ideia que os Deputados mantinham e que agora o Governo quer colocar dentro de um sistema de assistência, tudo bem, mas não dá para vincular ao Sistema Único de Saúde! Essa é uma questão de Assistência Social, que vai muito além da assistência à Saúde. Portanto, eu questiono os dois Projetos do Vereador.

Eu queria ouvir o Ver. Professor Garcia sobre a proposta do PLL nº 059/12, que inclui a efeméride Semana Municipal do Bairro Mário Quintana. Por falar em semana de bairro, eu me pergunto a que vêm, afinal de contas, essas semanas? Eu estive acompanhando algumas dessas semanas na Cidade. Eu fui, Ver. Valter Nagelstein, a um evento em um bairro, e foi uma vergonha: gastou-se dinheiro com aparelhagem de som, com palco, e olha, sinceramente, não havia mais de 20 pessoas! Então, eu me pergunto: atividade de bairro para

fazer uma efeméride para ter 20 pessoas? E eu nem vou falar do tipo de música que se tocava - e eu acho que a gente tem que fazer uma discussão sobre isso também. E isso que eu sou eclético - está aqui o DJ Cassiá que pode confirmar: eu não tenho nenhum problema com o *funk*, não tenho problema com o forró, que é lá do Nordeste, e não tenho nenhum problema com música gaudéria. Eu só estou discutindo se vale a pena gastar! Se vocês pegarem o Twitter do DJ Cassiá, vocês verão que pôs uma foto do evento que ele fez - não foi a municipalidade -, como o de ontem, lá na Orfanatório, lotado de pessoas, ou seja, uma grande atividade cultural. E o DJ Cassiá sabe que, num aniversário da Associação da Vila Tronco, onde estivemos eu, ele, e o Luciano Marcantônio, fechamos a avenida, com ordem da EPTC, evidentemente, e fizemos um magnífico evento que não custou um centavo sequer para a municipalidade. Então, criar efeméride de bairro, para que a Prefeitura banque fortunas, eu começo a questionar. Eu quero, inclusive, fazer uma fiscalização sobre isso. Se o DJ Cassiá faz sem gastar um tostão da municipalidade, por que se fez um outro, perto de onde ele fez, ontem, com apenas 25 pessoas? E eu contei, eu vi, eu estava lá no barracão! Foi outro dia, evidentemente, mas era dinheiro público, era som e palco pagos pela Prefeitura. Então, alguma coisa está errada, vamos devagar com o andor!

Agora, me agrada sobremaneira, dois Projetos do Executivo - tenho que estudá-los melhor -, que tratam da questão do Controle Interno, colocando, inclusive, o Legislativo no Controle Interno. E, no bojo desses, cria a Controladoria-Geral do Município, define estrutura e atribuições e dá outras providências. Eu acho que nós precisamos, sim, ter uma Controladoria com uma boa estrutura, com pessoas capacitadas, formadas, Ver. Ferronato - que entende do assunto, que é profissional dessa área -, porque é de fundamental importância que nós tenhamos uma gestão com controle. Se houvesse controle, poderia ser detectado o que eu acabei de dizer. Porque, quando tem uma efeméride, tem que dizer quantas pessoas se espera e quantas pessoas, efetivamente, estavam presentes. Se der, evidentemente, um *tsunami*, um vendaval, um calor de 50°C quando estavam previstos 20°C, eu posso discutir que não alcançamos o objetivo; caso contrário, há problemas graves, e isso tem que ser detectado. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir a Pauta. (Pausa.)

O Ver. Professor Garcia está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. PROFESSOR GARCIA: Sr. Presidente; Srs. Vereadores; Sras. Vereadoras; público que nos assiste, hoje está tramitando, em 1ª Sessão de Pauta, um Projeto de Lei de nossa autoria, que inclui a efeméride Semana Municipal do Bairro Mário Quintana no Anexo à Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – que institui o Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre.

Quero ler, rapidamente, a Exposição de Motivos (Lê.): “O Bairro Mário Quintana foi denominado por meio de uma eleição, no dia 15 de novembro de 1997, organizada e coordenada por entidades e lideranças comunitárias, envolvendo 1.535 moradores da região. Nessa ocasião, o nome escolhido obteve 75% dos votos populares, em homenagem ao nosso grande poeta. O Bairro Mário Quintana é compreendido pelas vilas Chácara da Fumaça, Valneri Antunes, Safira Velha, Safira Nova, Batista Flores, Venceslau Fontoura, Timbaúva e Passo Dorneles, constituídas, na sua maioria, por pessoas oriundas do interior do Estado e de reassentamentos da Prefeitura Municipal. O Bairro tem, ainda, uma importante área formada pelo Parque Chico Mendes. A luta por melhorias e a capacidade organizativa formaram a identidade dos moradores do Bairro. Legalmente fundado em 22 de dezembro de 1998, por meio da Lei nº 8.258, o Bairro Mário Quintana, a partir de 1999, passou a ter seu aniversário comemorado por meio de atividades recreativas, educacionais, culturais e religiosas, organizadas por associações de moradores, escolas, clube de mães, lares de crianças especiais, cooperativas, organizações não governamentais e pela Comissão de Cultura da Região Nordeste, culminando na Semana do Bairro Mário Quintana.

E, neste ano de 2012, em que se comemora a 14ª Edição da Semana do Bairro Mário Quintana. A Comissão de Cultura da Região Nordeste, juntamente

com os conselheiros do Orçamento Participativo solicitou sua inclusão no Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre, que deverá ser comemorada de 16 a 22 de dezembro, razão pela qual apresentamos este Projeto de Lei.

Segundo os moradores, para melhorar os baixos indicadores sociais da Região, é importante o estímulo a iniciativas de cidadania e integração entre eles. Nesse mote, já existem diversas ações culturais que ocorrem no período de aniversário do Bairro e que seriam amplamente incentivadas e qualificadas no momento em que a Semana do Bairro Mário Quintana se tornasse evento oficial da cidade de Porto Alegre.

Assim sendo, em mais esta oportunidade, contamos com o apoio de todos os Vereadores desta Casa Legislativa para a aprovação desta Proposição.”

Através dessa rápida Exposição de Motivos, nós procuramos atender a essa solicitação do Conselho Cultural, dos membros do OP, dos delegados da Região, para que essa efeméride seja aprovada e que possamos comemorar, a partir da aprovação, todos os anos, no período de 16 a 22 de dezembro, a efeméride da Semana Municipal do Bairro Mário Quintana.

Existem outras proposições, Sr. Presidente, mas este Vereador vai ficar falando somente daquela que ele é o proponente e deixando que outros Vereadores possam falar deste Projeto e de outros. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Ver. Haroldo, quero me referir ao Projeto do Ver. Professor Garcia. De fato, o bairro Mário Quintana é um bairro com muitíssimas necessidades, enfrentamento à violência, à miséria, à pobreza, às condições de vida, saneamento, moradias que são alagadas, problema de esgoto, um bairro que é resistente, sobrevivente e guerreiro. As nossas escolas inseridas nesse bairro, as escolas estaduais, são escolas que sentem a tensão, a violência, a dificuldade da juventude, e as atividades que são organizadas no parque em função da semana, dos movimentos

comunitários que tem lá, do Nascipaz, são muito importantes e precisam ser apoiadas. A gente sabe que só colocar em uma agenda de calendário não resolve muita coisa. Tem festas de bairro que são consolidadas na cidade de Porto Alegre, semanas como a Semana do Hip-Hop, da Capoeira, que estão sofrendo brutalmente pela redução de recursos que vem acontecendo na Cultura, na nossa Cidade. A cidade de Porto Alegre, que já teve 2,5% das receitas correntes investidas em Cultura, vive anos de vacas magras na Cultura e no Esporte. São as duas áreas que incidem sobre essas festas populares, esses movimentos comunitários. A Cultura hoje tem 0,97% do Orçamento; hoje, não, no ano passado, atrasado, e essa redução de 1,5% de orçamento na Cultura, realizada pelos Governos Fogaça/Fortunati, se manifestou na redução de 25% do Fumproarte, na brutal redução da descentralização da Cultura, nas oficinas continuadas que aconteciam nos bairros, na redução de investimentos nas festas populares, na Semana da Capoeira, do Hip-Hop, das manifestações populares.

Então, eu queria voltar a tratar desse tema, porque, Ver. Professor Garcia, é importante, é verdade: marcar no calendário. Só que nós temos que discutir o Orçamento dessas duas áreas - e áreas em que V. Exa. trabalha; está na presidência da Comissão de Educação e é da área de Esporte. O Esporte está com 0,37% ou 0,32% do Orçamento. É migalha! É muito difícil para a Secretaria de Esportes estar presente nos bairros. O Ver. Bosco está aqui e sabe da brutal redução. Já chegamos a 0,70% do orçamento - muito pouco, é verdade -, mas nunca se reduziu tanto, se massacrou tanto áreas estratégicas como as áreas da Cultura, do Esporte e lazer na Prefeitura de Porto Alegre. Porque, sem orçamento, artistas, esportistas, educadores populares têm que trabalhar no amor. E não é justo, não é sério e não é garantidor de trabalho continuado com as comunidades quando não há como pagar estrutura, pró-labore, divulgação dos eventos, materiais e revitalização de espaços de esporte e de lazer, que estão deveras abandonados, com muitos problemas. Nós já recebemos aqui o Movimento Parque Ararigbóia, em que estão, todo o tempo, professores, comunidade, lutando pela ampliação de recursos para o esporte e o lazer. E a mesma coisa o povo da Cultura; é o SATED, é o Fumproarte nas ruas, nas esquinas, na CECE, na Tribuna Popular, fazendo um

grande apelo para esta Cidade: cultura e esporte - ou são prioridade, ou não haverá qualidade de vida em Porto Alegre!

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; senhoras e senhores, Ver. João Bosco Vaz, eu quero comemorar, porque a Ver.^a Sofia falou aqui dos investimentos no esporte, as construções das pistas de esquite, que, dentro de poucos meses, o Município vai estar entregando a algumas comunidades da nossa Cidade, e eu acho muito importante para a juventude, para a gurizada, sabe-se disso, e nós somos incentivadores, Ver. Brasinha, da questão do esporte como alternativa, como resgate e como horizonte para tantos jovens que, muitas vezes, estão nas ruas, e nas ruas estando, sujeitos a toda sorte de boas e, muitas vezes, infelizmente, de más influências. Então, quero cumprimentar a municipalidade por isso.

Sr. Presidente e Srs. Vereadores, eu quero discutir o PLCL nº 003/12, que cria a Controladoria-Geral do Município de Porto Alegre, define a estrutura, as suas atribuições e dá outras providências. Eu quero chamar a atenção dos Srs. Vereadores, porque esse é um tema dos mais importantes que tramita neste Legislativo. Obviamente, nós sabemos que uma das grandes dificuldades para se fazer o recurso – esse de que tanto reclamam os Vereadores – chegar na ponta, onde é necessário, nos projetos, para que aquilo que é definido no Orçamento se transforme em realidade, a grande dificuldade é a gestão. E a boa gestão, hoje, é o que determina, de acordo com todos os marcos legais estabelecidos em nosso País, especialmente depois da Constituição de 1988 e da Lei de Responsabilidade Fiscal, a higidez financeira dos Municípios, para que possam, inclusive, continuar fazendo jus a recursos, a verbas de financiamento e a toda fonte que possa ser buscada para que se dê curso a projetos, para que se realizem empreendimentos, para que se atenda àquilo que é o interesse e a necessidade da população.

Não completa um mês ainda que retornei a este Legislativo, e a importância da passagem pelo Executivo é exatamente para a gente poder contrastar a experiência de ter sido legislador com a experiência de ter estado no Executivo. O que me chama atenção é que, na época em que eu aqui estava desempenhando a função que hoje é desempenhada pelo Ver. João Dib – aliás, muito mais bem desempenhada, tenho certeza, do que quando eu o fazia –, nós aprovamos uma gratificação para o GPO, que é o Gabinete de Programação Orçamentária. Até hoje, eu tenho uma grande dúvida, e o momento de saná-la é agora, retornando à Câmara de Vereadores: preciso saber se nós aprovamos aquela gratificação, Ver. Elói, em cima do superávit. E eu tenho a impressão de que sim! Tenho a impressão de que sim, Ver. Todeschini. Se nós, Legislativo, fizemos isso, cometemos um erro muito grave. Se nós estabelecermos, para qualquer estamento público, para qualquer Secretaria, uma gratificação sobre a produtividade, sobre o desempenho, nós vamos estar acertando. Se nós estabelecermos uma gratificação sobre o aumento da arrecadação para a Fazenda, por exemplo, nós vamos estar acertando. Agora, se nós, eventualmente, estabelecermos uma gratificação sobre superávit – e esse Projeto que entra na discussão de Pauta me permite lembrar disso –, nós erramos, e erramos de forma muito grave. Não se pode estabelecer isso. Não se pode, atendendo a um apelo, a um desejo de uma burocracia que, muitas vezes, é insensível com o que acontece lá na ponta, no bairro mais longínquo da Cidade, na vila mais pobre da Cidade, aprovar, Ver. Comassetto, uma gratificação sobre superávit, porque superávit pode ser criado, e a criação de superávit é exatamente para garantir que essa gratificação aconteça. Então, eu acredito que, no momento em que estamos examinando o Projeto de Lei que visa a mais uma instância de controle, que é necessária, sim, que é a Controladoria-Geral do Município, nós precisamos revisitar essa decisão da Câmara de Vereadores, e, se de fato tivermos errado naquela decisão, temos que corrigir esse nosso erro. Nós temos que estabelecer para os funcionários gratificações, volto a dizer, sobre desempenho, sobre aumento de arrecadação, mas jamais sobre superávit, porque superávit pode ser gerado em cima das demandas que são tão importantes, tão urgentes e tão necessárias do nosso povo tão sofrido.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Engenheiro Comassetto está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; colegas Vereadores, Vereadoras, senhoras e senhores, quero comentar aqui o Projeto do nobre colega, Ver. Professor Garcia, que propõe incluir a Semana Municipal do Bairro Mário Quintana no Calendário Oficial do Município de Porto Alegre. Essa sugestão do Ver. Garcia traz para este debate uma reflexão sobre as regiões da nossa Cidade, especialmente aquela região do bairro Mário Quintana.

Primeiro, quero fazer a referência de que o nome desse Bairro é o nome do nosso grande poeta Mário Quintana, e uma de suas poesias tem como título “O Mapa”. Incluir a semana do bairro no Calendário Oficial da Cidade de Porto Alegre tem que nos trazer também algumas reflexões. Eu quero aqui dizer que aquela população da Cidade identifica lá três grandes problemas, os principais problemas do bairro Mário Quintana, que inclui a Chácara da Fumaça, a Safira e toda a região. O primeiro deles é a Saúde. Eu quero dizer ao Professor Garcia, como faz parte da base do Governo, que o Posto de Saúde da Safira, neste momento, está sem médico. Então, precisamos fazer com que um bairro seja incluído no Calendário Oficial não só para festejarmos, prezado Airton, morador da Safira, mas também para que sejam discutidos os seus problemas. O segundo tema é a Segurança. Aquela região é tida, na cidade de Porto Alegre, como uma das regiões onde tem o maior número de criminalidade, toda a região, onde o tráfico está instalado em grande escala, onde os problemas de segurança são notórios, inclusive com prostituição infantil e outros problemas que nós temos lá na região do querido bairro Mário Quintana. É um problema de Segurança pública, e, nesse tema da Segurança, o Município não tem assumido a sua responsabilidade. Mas, no momento em que colocamos o bairro Mário Quintana no Calendário Oficial da Cidade de Porto Alegre, o Município terá que se debruçar sobre esses problemas. E um dos problemas que tem, que leva à insegurança, é porque naquela região é onde se apresenta

o maior número de comunidades irregulares, as vilas irregulares sem infraestrutura. Se pegarmos a Vila Themis, a quadra 161, a quadra 162, o Justino, pegarmos a antiga área do hospital dos funcionários do Município, se pegarmos toda aquela região ali, Moradas do Verde, todas vilas irregulares, onde as pessoas não têm água, não têm luz, não têm energia elétrica, não têm escola, não têm Saúde. Essa é a realidade do bairro Mário Quintana. Então, quero...

(Aparte antirregimental do Ver. Dr. Goulart.)

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Não tem nada, Dr. Goulart! Inclusive não foi feita a regularização fundiária naquelas vilas. As vilas continuam irregulares, e o Poder Público não fez um programa de regularização fundiária, apesar de nós termos aprovado aqui a Justino, a Moradas do Verde como Área Especial de Interesse Social - elas continuam irregulares. E eu convido os colegas aqui a fazerem uma visita nessa região, porque nós temos de ter aqui, sim, a responsabilidade, Dr. Goulart, de propor política pública, mas também de executá-la. E nós vamos apoiar o Projeto do Ver. Garcia, para que, na festa de inauguração e instalação do bairro Mário Quintana, no Calendário Oficial, nós possamos, em conjunto, construir um calendário mínimo dos problemas a ser enfrentados. Esta região é uma das regiões mais carentes da cidade de Porto Alegre, junto com as Ilhas, que é outra região que sofre essa grande problemática.

Venho aqui, trazer o apoio ao Projeto do Ver. Professor Garcia, mas também trazer essas agendas, que são passivos que a Cidade precisa enfrentar. E o nosso papel é enfrentá-los aqui, dentro da política que construímos. Neste sentido, tem o nosso apoio o Projeto. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): (17h53min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em discussão o PR nº 045/11. (Pausa.) Não há quem queira discutir. (Pausa.)
Em votação o PR nº 045/11. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 035/12, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely.
(Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLCE nº 002/11. (Pausa.)

O Ver Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLCE nº 002/11.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, acho que a assessoria política do Prefeito Municipal está falhando, porque eu já insisti várias vezes aqui. Foi aprovado um Fundo Municipal, com o mesmo caráter, Ver.^a Fernanda, de minha autoria. E mais, o meu vai longe! Muito mais longe, porque diz que a primeira tarefa é fazer a reciclagem de mão de obra do carroceiro, do carrinheiro, porque, convenhamos, no século XXI, alguém puxando carrocinha para recolher resíduos não deveria mais acontecer; deveria haver educação ambiental com separação dos resíduos sólidos em casa e separação em dois contêineres diferenciados. Isso é civilização! Mas não, nós temos ainda homens e mulheres puxando carrinhos em Porto Alegre, Ver. José Freitas. E a Lei que foi aprovada, de minha autoria, diz que cria o Fundo Municipal para reciclagem de mão de obra dos que trabalham com as carroças e com os carrinheiros. Portanto, o meu Projeto é mais objetivo; mas, tudo bem, querem criar mais um fundo, vamos votar favoravelmente.

Conselho gestor: ora, agora sim, começou a melhorar. Um fundo com conselho gestor começa a melhorar, e nós vamos querer acompanhar o conselho gestor. E nós, então, vamos dizer o seguinte: nós queremos uma representação dos carroceiros, dos carrinheiros e dos galpões de reciclagem nesse conselho gestor, como membros da sociedade civil, porque quem vai dizer como será o conselho gestor não é a lei, é a sua regulamentação.

Portanto, esse é o diálogo necessário, essa é a questão que nós queremos e essa é a posição que nós vamos defender. Nós queremos a Cidade, sim, sem carroças; queremos civilização, queremos dignidade para o carrinheiro, para o carroceiro. Vamos criar mais um fundo, porque um já tem, de minha autoria, para que essas pessoas possam ser recicladas, porque mão de obra é o que mais hoje em dia no País. Agora, é preciso ensinar. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (Requerimento): Faço Requerimento de adiamento da discussão do PLCE nº 002/11 por uma Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Em votação o Requerimento, de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna, de adiamento, por uma Sessão, da discussão do PLCE nº 002/11. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Nada mais havendo a tratar, encerro a Sessão de hoje.

(Encerra-se a Sessão às 17h59min.)